



Mestrado em Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo

Projeto de Intervenção

Empreendedorismo Feminino no Poder Local

Maria Odete Helena Careto Fialho

Orientadora:

Professora Doutora Maria Cristina Campos de Sousa Faria

Beja

2012

Agradecimentos

Para a realização deste estudo agradece-se o contributo de pessoas e organizações que direta ou indiretamente contribuíram para espreitar o gosto da aluna por esta área de estudo.

Gostaria de agradecer à orientadora, a Professora Doutora Maria Cristina Campos de Sousa Faria, que foi prestativa e elucidativa nos momentos de maiores dificuldades científicas.

Agradecer à entidade empregadora e colegas de trabalho no estímulo para o desenvolvimento deste estudo.

Agradecer a colaboração das participantes no estudo pela disponibilidade demonstrada e pelo incentivo para a realização do mesmo.

Retribuir ao Instituto Politécnico de Beja o agradecimento pela boa prática da promoção do Curso de Mestrado de Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo, que constitui uma oportunidade para o desenvolvimento de competências especializadas nas áreas do empreendedorismo e do desenvolvimento comunitário.

E, por último, mas não menos importante, exprimir um agradecimento especial à família, mãe, irmã, filhos e marido pelo apoio e compreensão.

Resumo

Com o objetivo da caracterização do empreendedorismo feminino no poder local na região Alentejo) foi feita uma recolha de dados junto de 29 eleitas do poder local. Estas são as participantes do estudo, e destas, três são presidentes de Câmara e a sua opinião foi recolhida através de entrevista. As restantes 26 participantes no estudo são eleitas do concelho de Moura e respondentes do questionário aplicado.

A recolha de dados foi realizada com base nas seguintes dimensões de análise inerentes ao estudo: caracterização sociofamiliar; conciliação da vida privada com a vida pública; participação ativa na vida pública/política; género e poder local e atitude e expectativas perante o empreendedorismo feminino no poder local.

Os dados revelam que o empreendedorismo feminino no poder local na região Alentejo é caracterizado por uma aparente estabilidade sociofamiliar e profissional, pela partilha de tarefas familiares e conciliação da vida familiar com a participação no poder local, pela capacitação individual e o desenvolvimento de competências de empreendedorismo e por uma atitude de *empowerment* e resiliência face a estereótipos culturais de género.

Para as participantes do estudo a promoção do empreendedorismo feminino no poder local passa pela existência de ações de informação e sensibilização para uma mudança de mentalidades dos mais jovens.

Considerando os dados do estudo propõe-se uma intervenção orientada para a formação, informação, e sensibilização de jovens, mulheres e homens em idade ativa e dirigentes/decisores políticos, associativos e eleitos/as.

A intervenção proposta numa lógica de cooperação e parceria visa capacitar e consciencializar para a sub-representação das mulheres no poder e tomada de decisão, para a integração da igualdade de género nas autarquias locais e para o aumento da participação equilibrada de mulheres e homens no poder local, como requisito de boa governabilidade.

Palavras-chave: Autarcas, género, poder local e empreendedorismo feminino.

Summary

With the purpose of characterization of female entrepreneurship in local government in the Alentejo region) was made a collection of data from 29 elected local governments. These are the participants in the study, and of these, three are mayors and their opinion was gathered through interviews. The remaining 26 participants in the study are the elected municipality of Moura and questionnaire respondents.

Data collection was performed using the following analytical dimensions inherent in the study: characterization familial interaction; reconciliation of private to public life, active participation in public life / politics, gender and local and expectations and attitude towards female entrepreneurship in local.

The data reveal that female entrepreneurship in local government in the Alentejo region is characterized by an apparent stability socio-familial and professional, by sharing family tasks and reconcile family life with participation in local government, by individual training and skills development and entrepreneurship by an attitude of empowerment and resilience to cultural stereotypes of gender.

In the process of participation, the influence of gender is not decisive, only the limits and conditions. Your participation is viewed with taste and desire for community change.

Considering the data from the study proposes an intervention-oriented training, information, and awareness of youth, women and men of working age and managers / decision makers, associations and elected / as.

The intervention proposed a logic of cooperation and partnership aims to empower and raise awareness for the under-representation of women in power and decision making, integration of gender equality in local government and to increase the equal participation of women and men in power local, as a requirement of good governance

Keywords: Mayors, gender, local and female entrepreneurship.

ÍNDICE

Agradecimentos	ii
Resumo.....	iii
Summary.....	iv
Índice.....	v
Índice de quadros, gráficos e abreviaturas.....	vi
Introdução	7
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	11
1. Empreendedorismo feminino e poder local	11
1.1. O Conceito de Empreendedorismo	11
1.2. Empreendedorismo Feminino	14
1.3. Poder Local e promoção do empreendedorismo feminino para o desenvolvimento comunitário.....	16
2. Representatividade das Mulheres no Poder Político	20
2.1. Condicionais à participação das mulheres no poder local	20
2.1.1. Género	21
2.1.2. Estereótipos Culturais de Género	23
2.1.3. Conciliação da vida familiar e profissional com a vida política	25
2.1.4. O Poder Local no Alentejo no feminino	27
PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO	32
3. Metodologia.....	32
3.1. Participantes.....	32
3.2. Instrumentos.....	33
3.3. Procedimento.....	34
4. Apresentação, Discussão e Implicação dos Resultados.....	35
4.1. Análise das Entrevistas	35
4.1.1. Caracterização das Participantes	35
4.1.1.1. Entrevistada 1	37
4.1.1.2. Entrevistada 2	39
4.1.1.3. Entrevistada 3	41
4.1.2. Síntese das Entrevistas.....	43
4.2. Análise dos Questionários.....	46
4.2.1. Caracterização das Inquiridas	47
4.2.2. Caracterização do Empreendedorismo Feminino no Poder Local No Concelho de Moura.....	50
4.2.3. Síntese dos Questionários.....	55
PARTE III - PROPOSTA DE PROJETO DE INTERVENÇÃO.....	56
5. Apresentação do Projeto de Intervenção.....	56
6. Conclusões.....	62
7. Bibliografia	64
8. Sítios Internet	71
9. Web grafia	72
10. Anexos	74

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

INSCOOP - Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo	11
INE - Instituto Nacional de Estatística	19
ONU – Organização das Nações Unidas	22
CEDAW - Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women	22
ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local	25
DGAI- Direção Geral da Administração Interna	30

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Nº. de Eleitas nos Órgãos Políticos Nacionais e Regionais	28
Quadro 2 – Nº. de Eleitas no Poder Local	29
Quadro 3 – Nº. de Mulheres Presidentes de Câmara na Região Alentejo.....	30
Quadro 4 – Nº. de Eleitas no Concelho de Moura.....	30
Quadro 5 - Distribuição das Eleitas nos Órgãos do Poder Local de Moura.....	30
Quadro 6 – Quadro Síntese do Resultado das Entrevistas	44

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade das Questionadas	47
Gráfico 2 – Local de residência das eleitas do concelho de Moura	47
Gráfico 3 – Fatores de influência na participação do poder local	51
Gráfico 4 – Modo de encarar a participação no poder local	52
Gráfico 5 – Características das autarcas de Moura	53
Gráfico 6 – Contributos para a participação equilibrada de homens e mulheres no poder local.....	53

INTRODUÇÃO

A participação das mulheres no mercado de trabalho e na família tem sido alvo de um processo de evolução exponencial, contribuindo para uma mudança de papéis de homens e mulheres no trabalho e na família. No entanto continua a verificar-se para as mulheres, uma situação de desvantagem no acesso aos cargos dirigentes e políticos e, para os homens uma desvantagem ao nível da sua participação na vida familiar.

As leis da parentalidade e da paridade contribuem de forma positiva para o aumento do acompanhamento parental e para a eleição das mulheres no poder e tomada de decisão, mas não são suficientes para a mudança da realidade social, que tem visibilidade pelos dados de estudos, projetos e campanhas.

De acordo com a Campanha Europeia sobre Disparidades entre Homens e Mulheres (2012), em média na União Europeia, as mulheres ganha menos 17% por hora do que os homens no desempenho de iguais funções. Apesar de em média, 81 % das mulheres jovens terem habilitações literárias, pelo menos, ao nível do 12.º ano de escolaridade (comparativamente a 75 % dos homens) e representarem 60 % dos licenciados, tal não se reflete na taxa geral de emprego, que para as mulheres é de 63%, e no caso dos homens é de 76% (dados de 2011).

O estudo *Estatísticas no Feminino: Ser Mulher em Portugal* (2012) salienta que são as mulheres que asseguram a maioria das licenças de acompanhamento parental e as faltas para assistência aos filhos.

A brochura do Projeto da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local *Igualdade é Desenvolvimento* (2011) refere que as mulheres trabalham em média mais 2 horas por dia, mais 14 horas por semana e mais 56 horas por mês em comparação com os homens (dados de 2010).

A consequência destas disparidades revela-se na fraca capacitação empreendedora das mulheres, que se traduz em parte na esfera do poder e tomada de decisão e consequente na sub-representação das mulheres no poder político e no poder local.

Abordar o empreendedorismo feminino no poder local, pretende ser um contributo para a mudança de mentalidades e para a promoção do aumento da participação das mulheres na vida política e no poder local no Alentejo.

Das 308 Câmaras Municipais do país, 58 encontram-se na região Alentejo, destas somente 3 são presididas por mulheres. Estas autarcas são as participantes do estudo, assim como, as eleitas do concelho de Moura (presidentes de juntas de freguesia, membros da assembleia municipal e das assembleias de freguesia).

Serão as autarcas pelas competências e atribuições que desenvolvem potenciais agentes para a mudança de atitudes e expectativas quanto à participação de outras mulheres na esfera pública e do aumento da participação dos homens na esfera privada?

Estas autarcas são consideradas de boas práticas de empreendedorismo feminino no poder local e assim a sua opinião poderá constituir uma mais-valia para o estudo, no sentido de planear uma intervenção que promova uma atitude empreendedora da mulher alentejana.

A participação equilibrada de homens e mulheres no poder e tomada de decisão é uma linha de atuação indicada como requisito da democracia igualitária e do desenvolvimento sustentável e recomendada por organizações como a União Europeia, a Organização das Nações Unidas e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género que tem em vigor o IV Plano Nacional para a Igualdade - Género, Cidadania e Não Discriminação (2011-2013).

O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Moura (2011/2012) no seu III eixo de intervenção também prevê a promoção da igualdade de género no concelho de Moura.

Ao nível da administração pública local, as autarquias podem ter um papel ativo para o aumento da capacitação feminina, enquanto organizações próximas da população, com atribuições e competência específicas para resposta às necessidades, enquanto empregadoras e definidoras de medidas políticas locais e potenciais integradoras da perspectiva da igualdade de género, no quadro da responsabilidade social que lhe está subjacente.

Para o enquadramento deste estudo consideram-se vários autores, dos quais se destacam entre outros, Barbosa (1998 e 2001); Viegas & Faria (1999 e 2001); Cramer *et al.* (2001); Torres (2004); Martins & Conceição (2005); Jonathan & Taissa (2007); Sharkar (2007); Portela (2008); Perista & Silva (2005 e 2009); Faria (2010 e 2012); Queirós (2011 e 2012); Santos & Amâncio (2012). Estes foram indispensáveis para o enquadramento teórico das temáticas em estudo.

Como se caracteriza o empreendedorismo feminino no poder local (na região Alentejo) e como é por ele promovido? Esta é a questão de partida do estudo.

Para este estudo foram definidos os seguintes objetivos gerais: (1) Compreender a importância da participação equilibrada de mulheres e homens na vida política comunitária; (2) Caracterizar as autarcas e eleitas no poder local na região Alentejo e (3) Propor uma intervenção para o *empowerment* feminino na vida política comunitária.

São objetivos específicos: (1) Caracterizar as presidentes de Câmara do Alentejo e as eleitas do concelho de Moura no seu processo de empreendedorismo na política local;

(2) Perceber como é que as autarcas percecionam a conciliação da sua vida privada com a vida pública, como encaram a sua trajetória de participação ativa e a relação entre género e o exercício do poder local; (3) Analisar como as autarcas promovem a participação equilibrada de mulheres e homens na vida política; e (3) Apresentar uma proposta de intervenção para a promoção do empreendedorismo feminino na vida pública/política local.

A escolha do Alentejo para o estudo empírico, deve-se ao fato de ser a região onde a aluna reside e por ser a realidade que melhor conhece. A escolha do concelho de Moura foi por ser aquele onde a aluna desenvolve a sua atividade profissional de técnica superior de Sociologia e Conselheira Municipal para a Igualdade de Género na Câmara Municipal de Moura. Situação que constituiu uma vantagem na elaboração deste estudo pela mediação com informantes privilegiados.

Em relação aos constrangimentos do estudo, estes passam pela: (1) escassez de documentos sobre a relação entre empreendedorismo feminino e poder local (que seriam facilitadores e orientadores para o estudo); (2) pela recolha de dados somente junto do género feminino e (3) pelo número de participantes do estudo pouco significativo, mas que reflete também em parte, a fraca participação das mulheres no poder local.

Em termos de atualidade e pertinência, o estudo aborda uma temática presente e atual, pois daqui a um ano (outubro de 2013) serão as eleições autárquicas, onde são eleitos os/as candidatos/as para o poder local (autarquias e freguesias).

Considera-se assim que o estudo tem enquadramento no curso de Mestrado em Empreendedorismo e Desenvolvimento Comunitário.

A elaboração do estudo passou por três partes distintas:

A primeira parte marcada pela recolha documental e pesquisa bibliográfica que serviu de base ao enquadramento teórico do empreendedorismo, poder local, representatividade da mulher no poder político e os condicionantes que lhe estão subjacentes.

A segunda parte constituída pela apresentação do estudo empírico, onde é indicada a metodologia (entrevista às presidentes de Câmara da região Alentejo e questionário às eleitas locais do concelho de Moura) e apresentada a discussão e implicação dos resultados obtidos com a recolha de dados.

O tratamento dos dados levantados pretenderam caracterizar o empreendedorismo feminino no poder local no Alentejo, ao nível das seguintes dimensões de análise: (1) caracterização sociofamiliar; (2) conciliação da vida privada com a vida pública; (3) trajetórias de participação na vida pública e política; (4) relação entre género,

competências empreendedoras e exercício do poder local e (5) atitudes e expectativas perante a ação empreendedora no poder local.

A terceira parte contempla a apresentação do projeto de intervenção, de acordo com a recolha de dados do estudo empírico. A intervenção visa consciencializar e promover uma participação empreendedora para a mudança comunitária através da informação e sensibilização de jovens (estudantes do ensino superior), de mulheres e homens em idade empreendedora (20 aos 35 anos), de dirigentes políticos, associativos, empreendedores e eleitos/as locais.

Por último, apresentam-se as conclusões do estudo e é referida a bibliografia, sítios da internet e webgrafia consultada.

A apresentação dos anexos encerra este trabalho de apresentação do estudo sobre empreendedorismo feminino no poder local.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Empreendedorismo Feminino e Poder Local

1.1.1. O Conceito de Empreendedorismo

O conceito de empreendedorismo é visto por Hisrich e Peters como um processo de criar algo novo com valor que envolve grande dedicação, tempo e esforço. Em que a pessoa tem *“assumir os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação e independência económica e pessoal”* (Hisrich e Peters, 2004: 29).

Para Peter Drucker, o empreendedor é a pessoa que arrisca, que não receia iniciar um negócio ou uma ação para realizar uma ideia ou projeto pessoal, *“assumindo riscos e responsabilidades e inovando continuamente”* (Digerati Books, s/d: 16).

Mais recentemente o empreendedorismo começou a ser encarado também como uma característica individual que pode ser promovida ao longo da vida, através da aprendizagem e desenvolvimento de competências (Ferreira, 2005; Sharkar, 2007; Portela *et al.*, 2008 e Faria, 2010 e 2012).

Este entendimento tem o mérito de apontar para a possibilidade de mudança das condições de vida de indivíduos ou grupos, fazendo a sua capacidade empreendedora depender em grande parte das suas competências individuais (Ferreira, 2005).

No seu estudo sobre competências empreendedoras dos estudantes do ensino superior Faria (2010) salienta a importância da promoção do empreendedorismo. *“Através de programas que facultem, estimulem a inovação e o desenvolvimento de competências transversais como, confiança em si, auto motivação, autocontrolo, persistência, resiliência, determinação e outros, o que implica um maior investimento ao nível da promoção do empreendedorismo feminino”* (Faria: 2010, 300).

O termo empreendedorismo é atualmente usado não só na área económica mas também na institucional, social e política.

Segundo Ferreira (2005) *“os empreendedores são não apenas empresários com uma ideia nova mas também políticos, profissionais, peritos e ativistas”* (Ferreira, 2005:2).

No seu estudo sobre *Microempreendedorismo em Portugal: Experiências e Perspetivas*, Portela *et al.* (2008) salientam a opinião do ex-presidente do INSCOOP (Manuel Campos), que em Portugal despertou a atenção para o empreendedorismo como uma manifestação de liberdade e de responsabilidade dos indivíduos na resposta às suas necessidades, e simultaneamente um fator de promoção humana para além de um instrumento de criação de riqueza.

Neste estudo são apontadas características comuns ao empreendedor, destacando-se as seguintes características: (1) ser arrojado e assumir riscos; (2) detetar oportunidades e introduz inovações destruidoras e criadoras; (3) tirar proveito de uma informação, cuja distribuição é imperfeita; (4) explorar a mudança, vendo oportunidades onde outros veem problemas; (5) detetar oportunidades para lá dos recursos disponíveis; (6) apresentar-se como *homo economicus* singularmente dotado; (7) mostrar-se como praticante de uma gestão extraordinária e (8) apresentar-se como fundador de novas organizações, quer por oportunidade, quer por necessidade.

Faria também se refere ao empreendedorismo como o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades, “*articulando saber e criatividade, e inovação e sustentabilidade.*” (Faria, 2009: 4203).

Segundo Moreland (2006) citado por Faria (2012) no seu estudo sobre promoção do empreendedorismo parental, um empreendedor típico é alguém que apresenta características como: (1) visão; (2) adaptabilidade; (3) persuasão; (4) confiança; (5) competitividade; (6) assunção do risco, (7) honestidade; (8) perseverança; (9) disciplina; (10) organização e (11) compreensão.

Nesta perspetiva as características pessoais dos empreendedores são divididas e agrupadas em três grupos, em torno de (1) valores pessoais, como a honestidade, o dever, a responsabilidade; (2) do comportamento ético e da propensão para a assunção do risco e (3) pela necessidade de independência, sucesso e realização.

O empreendedorismo firma-se no conhecimento, no saber, nos recursos e num estado de bem-estar emocional e físico, situação que se reflete nos condicionalismos que lhes estão inerentes.

Segundo Cardoso (2010) empreender está condicionado por vários fatores, dos quais se destacam: (1) o aspeto financeiro; (2) as políticas e programas governamentais; (3) a educação e formação; (4) a transferência de resultados de I&D; (5) as infraestruturas comercial e profissional; (6) a abertura do mercado interna; (7) o acesso a infraestruturas físicas; e (8) as normas sociais e culturais vigentes.

Existem medidas e estratégias apontadas para a promoção do empreendedorismo.

A Comissão Europeia promove a *Bolsa do Empreendedorismo* uma iniciativa para estimular o potencial de possíveis empreendedores e financia projetos de empreendedorismo através do seu quadro comunitário de apoio.

Ao nível nacional o Governo tem uma Secretaria de Estado para o Empreendedorismo, Competitividade e Inovação e um Programa Estratégico para o Empreendedorismo.

O IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não Discriminação (2011-2013) dependente do Conselho de Ministros associa o empreendedorismo feminino ao recurso ao microcrédito.

Ao nível regional, a *Rede de Fomento ao Empreendedorismo do Baixo Alentejo e do Alentejo Litoral* criada pelo Instituto Politécnico de Beja é um incentivo assim como o protocolo proposto recentemente pelo governo com o objetivo de estimular o empreendedorismo jovem (autarquias, governo e universidades).

A educação para o empreendedorismo foi apontada pela Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento (em 2007) como indispensável para o empreendedorismo. Neste âmbito, o seu Projeto *Educar para o Empreendedorismo* elaborou um guião orientador para as escolas e para os alunos (a partir do ensino básico) para o desenvolvimento de competências transversais a par das curriculares, de forma a fomentar uma atitude proactiva dos alunos.

A relação entre empreendedorismo e género remete para o Tratado de Amsterdão (1997)¹ um documento que despertou a atenção dos governantes europeus para a necessidade de reflexão sobre a integração da dimensão da igualdade de género nas políticas.

Segundo Gonçalves e Bergano (2009) a igualdade de género no mercado de trabalho implica perceber que a diferença de género, que ainda se verifica, não é apenas a constatação de que homens e mulheres são diferentes é, principalmente, a atribuição de um valor à diferença. Em termos gerais, a sociedade tem tendência a valorizar características tidas como masculinas o que acaba por penalizar as mulheres.

Segundo a Associação Nacional das Pequenas e Médias Empresas (2012) as mulheres constituem, em média, 30% dos/as empreendedores/as na União Europeia. No entanto, as mulheres encontram maiores dificuldades do que os homens em iniciar os seus projetos de negócios e em aceder a formação e a linhas de financiamento. Por isso esta Associação promove uma rede europeia de apoio ao empreendedorismo feminino.

O empreendedorismo feminino è visto pela Comissão Europeia como um motor de inovação, competitividade e crescimento e neste estudo encara-se empreendedorismo feminino na perspetiva da participação equilibrada de homens e mulheres na política e no poder local. Sendo que também nesta área empreender é mais fácil para os homens do que para as mulheres por condicionalismos que se vão enquadrar adiante.

¹ Jornal Oficial nº C340 de 10 de Novembro de 1997.

1.2. Empreendedorismo Feminino

Na perspetiva de empreendedorismo encarada neste estudo, as autarcas da região Alentejo (mulheres eleitas nas câmaras municipais e juntas de freguesia) são encaradas como práticas de empreendedorismo feminino.

A sua participação no poder local é interpretada como resposta de *empowerment* e resiliência aos vários constrangimentos que ainda persistem na sociedade e pela sua capacidade para a mudança num contexto desfavorável para a mulheres como é o da vida política/partidária.

Na atualidade continua muito visíveis as desigualdades de género, ao nível da participação no acompanhamento parental, na partilha das tarefas domésticas, no mercado de trabalho e na tomada de poder e decisão económica e política.

Assiste-se a uma elevada sub-representação das mulheres na política, situação que se reflete no poder local.

Os papéis sociais das mulheres e dos homens, inculcados desde a infância têm reflexos nestas desigualdades, na organização social e na capacitação para a participação ativa.

No Alentejo os papéis sociais ainda estão muito assentes em estereótipos culturais, que condicionam direta ou indiretamente a atitude empreendedora da mulher.

No entanto, a sua necessidade de realização e satisfação pessoal é um processo que obriga a enfrentar barreiras na esfera privada e pública e tem reflexos na capacidade de *empowerment* e resiliência, como referem Jonathan & Taíssa (2007).

“A multiplicidade de papéis é um processo e não um estado, requerendo das empreendedoras constantes negociações face às circunstâncias que se modificam.” (Jonathan & Taíssa, 2007: 7).

Quando participam as mulheres encontram-se mais nas coletividades recreativas, sociais e culturais como referem Martins e Teixeira (2005). Para estes o empreendedorismo feminino na esfera pública é mais notório no movimento associativo. *“A participação das mulheres na vida pública verifica-se mais em associações de cariz ambiental, culturais e recreativas, de defesa do consumidor, entre outras”* (Martins e Teixeira, 2005:36).

Para Gomes *et al.* (2009) a pouca participação das mulheres na política reflete-se nas organizações e nas políticas adotadas pelas mesmas. Segundo estes autores existe perda nesta situação em que as *organizações estão impregnadas de valores masculinos*” (Gomes *et al.*, 2009: 78).

O género masculino está mais associado ao processo de empreendedorismo, ideia que se reflete na dominância masculina no poder e na tomada de decisão.

Mas será que as mulheres quando assim o desejam não serão igualmente capazes?

Segundo Neves² (2001) as características pessoais, os percursos e trajetórias de vida, o raciocínio e a capacidade de tomar decisões acertadas têm grande peso no sucesso da liderança.

Para Brito (2008)³ as empreendedoras apresentam características de comportamento positivo, como: (1) a intensidade e dedicação em tudo que fazem; (2) a afetividade, cortesia e exigência; (3) a aptidão para a negociação, as ideias, os recursos e prazos; (4) a humildade e valorização das ideias dos outros; (5) a disponibilidade para aprender sempre mais; (6) a responsabilidade e realismo acerca do que são capazes; (7) a boa disposição, a sua necessidade de comunicação oral estimula a boa disposição e as boas histórias; (8) são excelentes ouvintes: sabem ouvir e compreender as necessidades dos outros; (9) dão importância ao auto conhecimento; e (10) são organizadas e flexíveis: cumprem vários papéis (dona de casa, mãe, esposa, profissional, etc.) desenvolvendo a capacidade de adaptação nas mais variadas situações. Esta última característica será aprofundada adiante, pois é apontada por vários autores, como condicionante à ação empreendedora do género feminino na política local.

Da relação direta entre empreendedorismo feminino e poder local poucos documentos foram encontrados ao nível da pesquisa documental. No entanto tentou-se fazer uma abordagem teórica de ambos pela sua importância para o estudo proposto.

O poder local está próximo das populações, das suas necessidades e desejos e poderá contribuir para a promoção dos direitos e oportunidades de mulheres e homens numa perspetiva da igualdade de género (Silva, 1999; Barbosa, 2001; Ferrão, 2011 e Queirós, 2012).

Ainda que o horizonte seja o mundo, o desenvolvimento pensa-se a partir do lugar que constitui o centro real das vidas das pessoas: esse lugar é o Município (Queirós, 2012),

O empreendedorismo feminino é abordado neste estudo com um olhar que foge à visão empresarial clássica de empreendedorismo. E assenta no princípio de que o poder local tem um papel importante na promoção da capacitação das pessoas para a participação e pode ser promovido pelos municípios e autarcas.

² In J. M. Carvalho Ferreira, Manual de psicossociologia das organizações, Lisboa, McGrawHill, pp. 501-529

³ In. Empreendedorismo em Territórios de Baixa Densidade Populacional com Problemas de Desenvolvimento. Santos, Marcos Olímpio. 2012. Évora.

1.2. Poder Local e Promoção do Empreendedorismo Feminino

Poder, constitui a influência de um indivíduo sobre outro. O poder local para além da dependência de processos e atores de nível global, nacional e regional também se depara com a necessidade da gestão de conflitos, negociação de interesses e compromissos, o que condiciona de certa forma a sua capacidade local de ação (Ferrão, 2011).

A teoria da nova administração pública deve fugir à visão tradicional do ordenamento do território, e olhar para o cidadão da sua comunidade como alguém que deve contribuir para o seu desenvolvimento. Como tal para além dos direitos deve ter responsabilidades de participação na vida comunitária pública e política, não só como beneficiário mas de uma forma proactiva (Bourgon, 2007).

O poder local é ainda hoje, fortemente masculino. “ *Apesar do reconhecimento dos direitos das mulheres à participação e do interesse da sociedade na complementaridade dos dois géneros*” (Silva, 2002: 62).

Porquê a necessidade de equilibrar a participação de homens e mulheres na tomada de decisão e poder político?

Na opinião de Perista e Silva (2009) pelos seguintes motivos: (1) “*porque excluir as mulheres significa marginalizar a maioria da população europeia dos processos de tomada de decisão e da vida social, cívica e cultural;* (2) *porque a participação equilibrada de mulheres e homens na vida local é um princípio básico da democracia e* (3 *por razões económicas: a taxa de emprego das mulheres é inferior à dos homens, isto significa que uma parte significativa da força de trabalho europeia não está a ser utilizada quando podia dar um impulso importante à economia europeia, ao mesmo tempo que uma menor taxa de emprego feminino torna as mulheres mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social*” (Perista e Silva, 2009:16-17).

Para a União Internacional das Autoridades e Poderes Locais, os municípios estão numa posição privilegiada para melhorar a participação equilibrada de homens e mulheres. Este melhoramento pode ser através de políticas e orçamentos sensíveis ao género, o designado *mainstreaming* de género.

A Constituição da República Portuguesa define no seu artigo 109º os direitos de participação de homens e mulheres na vida cívica e política.

Existem ainda outras medidas e estratégias nacionais e internacionais que justificam a necessidade da participação equilibrada na perspetiva da igualdade de género, das quais se destacam: (1) o referido Tratado de Amesterdão (de 1997) criado pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas; (2) a Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local (de 2006) criada pelo Conselho

dos Municípios e Regiões da Europa e adotada em Portugal pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito das celebrações dos 30 anos do poder local. Este documento apela às coletividades locais (associativismo) que integrem a dimensão da igualdade de género nas suas políticas, organização e práticas. O município de Moura é um dos que assinou esta Carta; (3) o IV Plano Nacional para a Igualdade - Género, Cidadania e não Discriminação (2011-2013) promovido pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género que numa das suas medidas recomenda a integração da dimensão de género na administração pública, central e local, como requisito de boa governação; (5) o Programa Operacional Temático Potencial Humano (POPH) que financia no âmbito do QREN 2007-2013 – Medida 7.7. projetos/planos para a igualdade de género; (6) a nomeação das Conselheiras e Conselheiros Municipais para a Igualdade de Género através de protocolo entre a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e as autarquias locais; e (7) a Lei da Paridade (aprovada em 2006) que estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais sejam compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos. Para efeitos de aplicação desta lei entende-se por paridade a representação mínima de 33,3% de cada um dos sexos nas listas. A Lei da Paridade tem gerado controvérsias, dividindo opiniões a favor e contra por ser vista como incompatível com o critério do mérito (Santos e Amâncio, 2012).

Também a Lei da Parentalidade (de 2009) criada com o objetivo de contribuir para a conciliação da vida familiar com a vida profissional e regulamentar a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas é um instrumento formal apontado. No entanto, apesar destas o estudo do INE *Estatísticas no Feminino (2012)* demonstra que são as mães que continuam a assegurar a maioria das licenças de acompanhamento parental. Situação em parte explicada pela dicotomia de atividades, as de âmbito privado-doméstico está codificada como femininas e as do âmbito público como masculinas (Martelo, 2004).

Será que as autarcas do Alentejo estão sensibilizadas para a participação equilibrada de homens e mulheres no poder local?

Existirá uma consciencialização para os papéis estereotipados de homens e mulheres, com reflexos nas tarefas, funções, atitudes, comportamentos e expectativas de cada um.

Esta questão é sensível ao desenvolvimento comunitário, enquanto processo que parte das necessidades sentidas pela população; envolve a população no seu próprio desenvolvimento; suscita o máximo aproveitamento dos seus recursos materiais

e humanos; proporciona uma colaboração eficaz entre as populações e os serviços; fomenta a cooperação e entreatuda e procura uma resposta global para os diferentes aspetos da promoção humana (Silva, 1965).

A sub-representação das mulheres nos órgãos de decisão económica e política tem repercussões ao nível do seu acesso aos recursos existentes e da distribuição dos mesmos e na formulação de políticas sociais e soluções socioeducativas de apoio à família. (Silva, 1999 e Braidotti *et al.*,2000).

Esta participação “*reconhece e potencializa os recursos próprios de cada género aos quais confere igual consideração e valor e contribui para o aprofundamento da democracia, graças à incorporação dos interesses e das situações de cada género, na conceção, aprovação, implementação e avaliação das políticas*” (Silva,1999: 20-21).

Na opinião de Ferreira (2001), as políticas não são neutras, sendo preciso indagar também o modo como são construídas e a quem beneficiam.

No que respeita à administração pública, a dimensão de género assume-se como variável estruturante da boa governabilidade, designadamente a integração da perspectiva de *mainstreaming de género* em todas as ações políticas e públicas (Rato *et al.*,2007).

Cabe assim às mulheres desenvolverem habilidades, *de forma a ultrapassar o sentimento de culpa, que se instala por elas próprias, em função da necessidade de abrirem mão do tempo destinado à convivência com a família e de suas tarefas de mãe e esposa.*” (Cramer *et al.*,2001:47).

Roque Amaro (2004) considera a ação empreendedora da Mulher como um pressuposto ao desenvolvimento local, enquanto processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades.⁴

Amaro e Moura (2008) encaram esta participação como fundamental nas sociedades democráticas e no novo nexos entre o local e o global.

Entende-se o nível de desenvolvimento de um país ao papel ativo das mulheres na vida social, económica, política e cultural (Braidotti *et al.*,2000; Botton, 2005 e Fragoso, 2005). “*As mulheres parecem, ter uma importância fulcral a nível de dinâmicas comunitárias*” (Fragoso, 2005: 72).

Este é um princípio fundamental das sociedades democráticas e das comunidades justas e promotoras de desenvolvimento (Gonçalves e Bergano, 2009 e Faria, 2009).

⁴ In *Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal*. Albino, J. C. (2004). ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, Vialonga

A Comissão para a Igualdade e Cidadania de Género também refere que a sociedade só é democrática se ambos os sexos estiverem implicados no processo de decisão porque mulheres e homens têm experiências diferentes que, por sua vez, afetam os seus pontos de vista, escolhas e ações.⁵

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (2011) *Sustentabilidade e Equidade: Um futuro melhor para todos*, o grande desafio do desenvolvimento do século XXI é a salvaguarda do direito das gerações de hoje e do futuro.

A representatividade da mulher na política pode deste modo ser considerada como qualificadora da democracia e promotora do desenvolvimento comunitário sustentável.⁶

Problemas e Ameaças à Capacitação das Mulheres

O estudo do INE *Estatísticas no Feminino* de Março de 2012 revela dados sobre problemas e ameaças que afetam a igualdade de género e a capacitação das mulheres.

De entre os problemas/ameaças apontados pelo estudo destacam-se: o envelhecimento feminino associado ao isolamento social: as mulheres representam 63,8% da população que vive só, proporção que sobe para 77,1% na faixa etária dos 65 e mais anos; o desemprego em especial das jovens: as mulheres representavam 51,2% dos beneficiários de prestações de desemprego e 52,6% do total de beneficiários do rendimento social de inserção em 2010; as dificuldades de conciliação da vida familiar e profissional: as mulheres constituem 91,3% dos beneficiários da parentalidade; a violência: as mulheres constituíam mais de metade (58,6%) dos lesados/ofendidos em crimes contra as pessoas (dados de 2010); a pobreza: a taxa de risco de pobreza é mais elevada nas mulheres com 65 e mais anos; a fraca participação das mulheres na política reflete-se no acesso aos recursos.

Também a Campanha sobre as disparidades salariais entre homens e mulheres da União Europeia (2011) salientou que em média, as mulheres na UE ganham cerca de 17 % menos por hora do que os homens no desempenho de iguais funções.

As disparidades salariais entre homens e mulheres existem, apesar de as mulheres registarem melhores resultados na escola e universidade do que os homens.

Em média, 81 % das mulheres jovens têm habilitações literárias, pelo menos, ao nível do 12.º ano de escolaridade na UE, comparativamente a 75 % dos homens.

As mulheres também representam 60 % dos licenciados universitários da EU.

⁵ In Na Política as Mulheres são Capazes (2008) - Comissão para a Igualdade e Cidadania de Género.

⁶ In <http://www.igualdade.gov.pt/>

2. Representatividade das Mulheres no Poder Político

2.1. Condicionalismos à sua participação

As mulheres em Portugal constituam 52,2% da população residente⁷, no entanto, a sua representatividade no poder político é baixa. O poder local é bem o exemplo disso. Segundo os resultados das últimas eleições autárquicas as presidentes de Câmara constituem 7,5%.

Barbosa, (1998) e Bourdieu (1999) justificam esta fraca representatividade das mulheres na política, em parte pelo ambiente pouco convidativo à entrada das mulheres na esfera política.

Passada mais de uma década esta situação ainda é visível. *“Para manter uma posição na política, a mulher deve ter não só o que é explicitamente exigido pela descrição do lugar político, mas também um conjunto de propriedades que os seus ocupantes masculinos lhe trouxeram: uma estatura física, uma voz, ou disposições como a agressividade, a segurança, a ‘distância’, a autoridade dita natural...”* (Barbosa, 1998: 13).

Viegas e Faria (1999) são de opinião que as mulheres também têm a sua responsabilidade nesta situação, uma vez que elas próprias são participantes na sociedade e têm ajudado na perpetuação da dominação masculina, resultado das suas representações culturais e morais ao reproduzirem a sua posição de submissão.

“Não é apenas o sistema político que afasta as mulheres do seu interior mas também estas tendem a afastar-se desse meio, sendo que, desse modo, produzem e reproduzem a dominação masculina” (Viegas e Faria, 1999: 61).

O próprio sistema eleitoral do país e o modelo de Estado-providência existente, que se revela nas políticas sociais adotadas e nas infraestruturas criadas de apoio às famílias, condicionam a participação ativa da mulher na política (Viegas e Faria, 2001) e Martins e Teixeira, 2005).

Também os partidos políticos na hora de escolher os candidatos têm um papel importante na opinião de Martins e Teixeira (2005).

“As mulheres são discriminadas de forma direta ou imputada nos processos de recrutamento político, sendo preteridas em favor dos homens pelos órgãos partidários responsáveis pela seleção dos candidatos e pela ordenação das listas eleitorais” (Martins e Teixeira: 2005: 15).

Fatores socioculturais e históricos são também condicionantes como se verá.

⁷ Segundo resultados dos Censos 2011

2.1.1. Género

O género influencia a forma como homens e mulheres se percebem, em aspetos tão diversos como as competências próprias, as tarefas mais adequadas a uns e a outras ou mesmo os interesses supostamente condizentes com a sua pertença biológica e o modo como avaliam as outras pessoas (Vieira, 2007).

Para Vieira (2007) “o género tem sido considerado como um dos principais elementos organizadores das relações sociais” (Vieira, 2007: 15).

Neste sentido, género é um conceito pertinente ao estudo, na medida que se repercute na participação de homens e mulheres na política e poder local, numa perspetiva de paridade.

A paridade segundo a Comissão para a Igualdade e Cidadania de Género (2001) pressupõe o igual reconhecimento de homens e mulheres no processo de participação a todos os níveis e em todas as esferas da sociedade.

Género e poder local constituem uma dimensão de análise neste estudo sobre empreendedorismo feminino e poder local no Alentejo. Compreender a relação entre género, características pessoais e exercício do poder local são pressupostos do estudo empírico.

O carácter multidimensional de género, conceito pouco compreendido e referido até ao século XX, devido a um contexto político, social, económico e cultural marcado por um pensamento que impunha a desigualdade da situação da mulher como algo natural (Torres, 2004), leva a que se atribuam características físicas, a uma identidade individual, a traços de personalidade, a papéis desempenhados ao longo da vida e mesmo a comportamentos típicos, tradicionalmente associados a homens e mulheres (Vieira, 2007).

No seu estudo sobre género, suas representações e identidades Amâncio (1993) sublinha as conceções estereotipadas da sociedade portuguesa em relação ao género. Amâncio (1993) questionou a ideia estereotipada de que a mulher é menos capaz física e emocionalmente do que o homem. “A mulher é vista como dependente, emotiva, sentimental (...) e o homem é corajoso, aventureiro, independente” (Amâncio: 1993:127).

Para Torres (2001) as mulheres são já indivíduos com autonomia e soberania. Tal reflete uma evolução de mentalidades; “Com o que se considera ser a passagem de uma noção de mulher-natureza, condicionada pelas suas funções biológicas por um destino específico, para uma conceção de mulher-indivíduo” (Torres, 2001: 60).

No entanto, persistem ainda constrangimentos socioinstitucionais na construção do género⁸.

Organizações internacionais como a ONU e a União Europeia consideram o género como um indicador a considerar pelos seus Estados Membros.

A Carta das Nações Unidas⁹; a Declaração Universal dos Direitos do Homem; a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)¹⁰; a Convenção Europeia dos Direitos Humanos¹¹; a Carta Social Europeia¹² e a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (que deu origem ao Tratado de Amesterdão) incluem o género como fator positivo ao desenvolvimento sustentável.

Conhecer bem o conceito é indispensável para que na prática o seu uso se faça sentir. Martelo (2004) explicita que género e sexo são distintos. O sexo é uma categoria biológica inerente ao indivíduo. O género é uma categoria social, é um conjunto de normas sociais impostas aos indivíduos constituindo um modelo de identidade psicossocial para o sexo feminino e para o sexo masculino (Martelo, 2004).

O género é construído por um código com prescrições normativas e proibitivas de ser e de se comportar, diferente para cada sexo. Para esta compreensão, a escola tem um papel importante na transmissão de informação sobre igualdade de género.

Os saberes comuns sobre o homem e a mulher constituem representações sociais acerca do valor e do carácter das mulheres e dos homens. Refletem imagens e ideias feitas sobre o que é ser homem e mulher.

Estas representações alimentam-se de valores, crenças e ideologias dominantes e obtêm sentido através da objetividade das diferenças biológicas entre os sexos (Martelo, 2004).

Para a mudança de mentalidades e para uma atitude empreendedora na vida pública/política a perspetiva da igualdade de género é apontada como um contributo para esbater a ideia de que as diferenças biológicas entre os sexos implicam determinados comportamentos e características psicológicas, ideia que foi sendo construída ao longo do tempo e tornou-se tão natural e evidente que é reafirmada e consolidada nas relações entre homens e mulheres (estereótipos culturais de género).

⁸ In *Género na Sociologia Portuguesa*. Maciel, Diana (2010). CIES e-WORKING PAPER Nº 92/2010 CIES – Centro de Estudos de Sociologia.

⁹ Proclamada pela ONU

¹⁰ <http://www.gddc.pt/>

¹¹ http://pt.wikipedia.org/wiki/Conven%C3%A7%C3%A3o_Europeia_dos_Direitos_Humanos

¹² Resolução da Assembleia da República, nº21/1991, aprova para ratificação a Carta Social Europeia. <http://www.gddc.pt/siii/docs/rar64A-2001.pdf>

2.1.2. Estereótipos Culturais de Género

É em boa parte no espaço simbólico da interação familiar que ocorre, de forma lenta e muitas vezes pouco explícita, a transmissão de geração para geração dos estereótipos reguladores do comportamento, facto que é susceptível de afetar projetos de vida, percursos individuais e modos de relacionamento interpessoal (Vieira, 2007) com reflexos na perceção, atitudes e expetativas (Oliveira e Amâncio, 2002).

Os designados estereótipos culturais de género são alvo de enquadramento teórico do presente estudo, na medida que têm impacto nos papéis e relações sociais de género, que por sua vez reproduzem sistematicamente as diferenças entre as posições de mulheres e homens na vida política e no poder local (Perista e Silva, 2005).

Estereótipos de género são representações generalizadas e socialmente valorizadas acerca de como devem ser e proceder homens e mulheres (Amâncio, 1993 e 1994).

Estas representações influenciam a participação das mulheres nas várias esferas da sociedade e na política e poder local, *“para conseguir manter uma posição, a mulher deve ter não só o que é explicitamente exigido pela descrição do lugar, mas também um conjunto de propriedades que os seus ocupantes masculinos lhe trouxeram: uma estatura física, uma voz, ou disposições como a agressividade, a segurança, a ‘distância’, a autoridade dita natural, etc.”* (Barbosa, 1998: 13).

Para Viegas e Faria (1999) as próprias mulheres encarnam nestes estereótipos, e participam no *jogo social* que tem produzido, e reproduzido o efeito de dominação masculina.

Por outras palavras, as mulheres, elas mesmas, tendem de algum modo a manter-se afastadas do poder e, assim ao afastar-se dele, contribuem deste modo, para a reprodução das condições que animam e sustentam o quadro de dominação masculina (Viegas e Faria, 1999).

Também as assimetrias de poder no seio da relação conjugal, estão na maior parte das vezes relacionadas com os estereótipos de género (Pereirinha e al., 2008). *“Os estereótipos manifestam-se nas diversas esferas de participação social, porquanto determinam o grau de autonomia e de decisão das mulheres nos seus projetos e modos de vida”* (Pereirinha e al., 2008: 184).

Os contextos profissionais e políticos estão marcados por uma cultura de competitividade, de eficiência e de produtividade, características consideradas masculinas (Pereirinha e al., 2008 e Gonçalves e Bergano, 2009).

Este perfil profissional de sucesso estereotipado com o género masculino acaba por influenciar as mulheres nas suas opções de carreira, nas condições efetivas de

progressão na carreira, na aceitação e legitimação social das assimetrias salariais e na opção pelo trabalho temporário, quando é necessário conciliar a vida profissional com a vida familiar (Pereirinha e *al.*, 2008).

Portela (2008) no seu estudo sobre o microempreendedorismo em Portugal apontou exemplos de estereótipos observáveis, como: a mulher é menos capaz de gerir negócios (do que os homens); a competência da mulher é maior na vida familiar (do que na ocupação profissional); as qualidades profissionais da mulher deixam a desejar, pelo menos nalguns casos (quando comparadas com os homens); o trabalho doméstico delas (as mulheres) não é trabalho; o trabalho doméstico (dos homens, em regra mais leve) é trabalho; as mulheres têm menos probabilidades de sucesso (do que os homens) na gestão das suas próprias iniciativas e na resolução dos conflitos laborais (Portela, 2008).

Também no Alentejo estes estereótipos culturais estão ainda muito presentes no quotidiano e refletem-se na fraca participação das mulheres na vida comunitária e numa atitude de incerteza quanto à sua capacidade empreendedora.

Educar e sensibilizar para a desconstrução dos estereótipos culturais de género para romper com o pensamento dominante, que na opinião de Oliveira e Amâncio (2002) é ainda muito marcado pelas mulheres na esfera familiar e pela sua fraca presença na política/poder local poder ser uma via para o *empowerment* (empoderamento) ou capacitação (Perista e Silva, 2005).

Até que ponto os estereótipos culturais de género condicionam o exercício do poder local?

O seu peso é maior ou menor que o das competências pessoais?

Como percecionam as autarcas do Alentejo e eleitas do concelho de Moura esta questão?

Estas são questões abordadas na parte empírica deste estudo.

2.1.3. Conciliação da Vida Familiar, do Trabalho e a Participação no Poder Local

As mulheres têm de alcançar a conciliação da vida familiar com a profissão e participação na vida política e no poder local.

Segundo o projeto *Igualdade é Desenvolvimento* da ANIMAR, as mulheres trabalham na esfera familiar (nas lides domésticas e no cuidado dos filhos) em média mais 2 horas por dia, mais 14 horas por semana e mais 56 horas por mês em comparação com os homens (dados de 2010).

Santos e Amâncio (2012) referem a este propósito a expressão *Trabalho, uma liberdade condicional*, na medida que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e a necessidade de conciliar esta vertente com as restantes da vida em sociedade não è fácil. A este propósito Torres (2004) refere: *“trabalho e relações conjugais são duas dimensões da vida quotidiana que ocupam grande parte do tempo, energia e investimento emocional da maioria das pessoas”* (Torres, 2004:1).

O modo como está organizada a vida partidária e o seu funcionamento (reuniões de trabalho à noite e ao fim-de-semana) não ajuda muito. Muitas vezes origina conflitos na relação conjugal e leva a que se tenha que tomar determinadas opções de vida (Torres, 2004; Martins e Teixeira, 2005; Ferreira, 2010 e Santos e Amâncio, 2012).

Lena Holstein¹³ brinca com a situação: *“Era uma boa mãe, mulher atraente, esposa compreensiva, politicamente envolvida. E não descurava a ginástica, a casa estava limpíssima, as franjas do tapete perfeitamente penteadas, havia um cheirinho a pão-fresco e a compota acabada de fazer - nisto, chegou a ambulância!”* (Lena Holstein, 2008). Os homens também têm de ter oportunidades para se envolverem nas tarefas familiares.

São nas áreas da educação, cultura e solidariedade social que as mulheres detêm mais qualificação e onde a sociedade lhes reconhecem maiores competências (Nogueira, 2006).

Empreender para a conciliação é também um processo de participação, que segundo Friedemann (1996) e Newman (2007) pode ser desenvolvido através de competências para confiar, pela vontade de agir e arriscar; *“capacidades e confiança para desafiarem e alcançarem um maior nível de controlo das suas vidas”* (Friedemann, 1996:125).

Há vários problemas sociais que são transversais à conciliação da família com a profissão e a participação na vida pública.

¹³ In *Na Política as Mulheres são Capazes*. Comissão para a Igualdade e Cidadania de Género. 2008. Lisboa.

O elevado envelhecimento demográfico em nada favorece esta situação que faz aumentar o número de idosos dependentes, como referem Guerreiro *et al.*, (2006); “*Verifica-se um significativo acréscimo da esperança de vida, com o conseqüente aumento do número de idosos dependentes necessitados de cuidados....*” (Guerreiro *et al.*, 2006: 5-6).

Conciliar família e trabalho com a participação na política é de grande exigência e pode levar até a opções como a quebra de fecundidade (Ferreira, 2010).

A escassez de equipamentos públicos de apoio a crianças e idosos limitam esta conciliação (Viegas e Faria, 1999) assim como as desigualdades na relação conjugal é penalizadora para as mulheres, e em particular para as mais carenciadas.

Segundo Pereirinha *et al.* (2010), as assimetrias de poder no contexto das relações conjugais também têm repercussões ao nível das relações sociais de género, das desigualdades sociais e conseqüentemente na disponibilidade para a participação política.

A valorização do salário do cônjuge masculino como fonte de subsistência para o agregado doméstico leva à legitimação para a divisão assimétrica do trabalho não pago, no interior da relação conjugal (Torres, 2004).

Esta situação dificulta a integração da perspectiva do género, de forma a permitir uma maior flexibilização de políticas de relação trabalho/família (Guerreiro e Lourenço, 2006).

A família e a profissão absorvem a maior parte do tempo e do pensamento das mulheres, assim concilia-las com uma intervenção ativa na política, um meio exigente, pressupõe um bem-estar físico e emocional necessário à compatibilização e conciliação de tarefas.

A mudança de mentalidades e atitudes junto dos jovens é pertinente para facilitar a participação equilibrada de mulheres e homens na esfera familiar.

Como encaram as presidentes de Câmara do Alentejo a conciliação da vida familiar com a sua função de autarcas e mulheres empreendedoras no poder local?

Como promovem estas autarcas a conciliação da vida familiar e profissional no seu concelho, de modo a promover a participação ativa das mulheres na vida pública/política local?

Estas questões são abordadas junto das participantes do estudo e têm tratamento na sua parte empírica.

2.1.4. O Poder Local no Alentejo no Feminino

O Alentejo, uma região marcada pelas difíceis condições de vida, pelo desemprego e trabalho sazonal feminino, pelo fraco acesso aos recursos e por um débil espírito de empreendedorismo, inovação e criatividade favorece uma cultura de dominância masculina.

Uma cultura assente em fortes estereótipos culturais de género, que limitam o papel das mulheres, mais circunscrito à família, ao cuidado dos filhos e do marido e ao trabalho rural.

O processo histórico da reforma agrária contribuiu para este pensamento. Este acontecimento fez com as mulheres saíssem de casa e fossem trabalhar para os campos.

No entanto, o quotidiano destas mulheres dividia-se entre o trabalho agrícola de manhã à noite e o cuidar da família e da casa.

Para Cova e Pinto (1997) esta situação resulta de aspetos socioculturais; *“a ideia de “natureza” remete para a já antiga querelada natureza contra a cultura, em que o público domina o privado”* (Cova e Pinto, 1997: 72).

A subordinação ao marido era um princípio levado à letra e o *slogan* “O lugar da mulher é em casa” era visto como natural.

Em nome da chamada “natureza” feminina, as mulheres quando não estavam nos campos a ceifar, cabia-lhes *“ficarem em casa a fim de educarem os seus filhos e de se consagrarem às tarefas domésticas* (Cova e Pinto, 1997:72).

O trabalho feminino è menos valorizado e mal remunerado, sendo pago com valor inferior ao dos homens, o que ainda hoje se verifica, por exemplo, na apanha da azeitona.

As expetativas e motivações eram portanto escassas e não iam para além da família e do lar. A capacitação para a aprendizagem e conhecimentos como a escolaridade resultou de um processo gradual e lento.

Hoje a situação está ultrapassada, mas ainda existem fortes assimetrias como refere Baum (1998).

Para Baum (1998) esta situação mais os motivos demográficos (emigração dos mais novos, mais produtivos e menos conformistas) fazem com que o Alentejo seja uma região marcada por um conformismo social e por uma fraca atitude de empreendedorismo.

Esta realidade tem influência no empreendedorismo feminino na vida comunitária e no poder político e local. A capital do Baixo Alentejo (Beja) nunca teve na sua história de poder local uma mulher presidente de Câmara.

Segundo o Documento Verde da Reforma da Administração Local (2011), o poder local está a ser alvo de uma reorganização administrativa que contempla a redução de freguesias, o que não é favorável ao aumento da participação equilibrada de homens e mulheres no poder local.

O Alentejo pelo seu baixo valor demográfico verá o seu número de freguesias reduzido, órgãos de poder local onde existem mulheres eleitas presidentes. O concelho de Moura por exemplo das suas oito freguesias, duas tem mulheres eleitas presidentes de junta.

Representatividade das Mulheres na Política

Para uma perspetiva da representatividade das mulheres no poder político apresentam-se os seguintes quadros que refletem o número de eleitas a nível nacional, regional e local, de acordo com os resultados das últimas eleições¹⁴.

Quadro 1 – Nº. de Eleitas nos Órgãos Políticos Nacionais e Regionais

	Nº Total Deputados	Nº Mulheres	%
Parlamento Europeu (eleições de 2009)	22	8	36%
Assembleia da República (eleições de 2011)	230	61	26,5%
Assembleia Regional da Madeira (eleições de 2007)	47	8	15,0%
Assembleia Regional dos Açores (eleições de 2008)	57	9	

Fonte: Santos e Amâncio, 2012 e dados do sítio do parlamento, consultados em 29 de Janeiro de 2012

Pelo quadro 1 verifica-se que só no Parlamento Europeu foi cumprida e até superada a lei da paridade¹⁵ com 36% de deputadas eleitas.

O mesmo não sucedeu em relação á Assembleia da República e Assembleias Regionais da Madeira e Açores. Nas últimas, poder-se-á afirmar que mesmo com a lei da paridade, a percentagem de eleitas é muito baixa.

Situação que reflete a opinião de Viegas e Faria (1999 e 2001) acerca dos partidos políticos remeterem muitas vezes as mulheres para lugares não elegíveis nas listas de candidatura. E quanto maior o círculo eleitoral, maior a probabilidade de se encontrarem mulheres como candidatas. Isto porque os círculos menores, com menos lugares elegíveis, acabam por ter uma maior concorrência entre os possíveis candidatos, para

¹⁴ Dados do parlamento, consultados em 29 de Janeiro de 2012

¹⁵ Lei Orgânica nº 3/2006, de 21 de Agosto, alterada pela declaração de retificação nº 7/2006 de 4 de Outubro

além de uma visão mais tradicionalista da mulher e respetivo papel social (Viegas e Faria, 1999 e Viegas e Faria, 2001).

Estes autores também referem que a participação das mulheres não é homogénea em todo o país. Ela tem variações geográficas, que refletem não só o grau de desenvolvimento económico de cada região, mas também o predomínio de certos valores e costumes (Viegas e Faria, 2001).

Considerando o *Estudo Sobre a Aplicação da Lei da Paridade* (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2012) a participação das mulheres no poder local, embora de forma lenta, tem vindo a aumentar ao longo das últimas décadas.

Se em 1982 as mulheres representavam somente 5,1% do total das pessoas eleitas no poder local, em 2009 esta proporção aumentou para os 27,6%.

Segundo este estudo, ao agregar os dados por tipo de órgão, percebe-se que os órgãos executivos, que incluem a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, apresentam níveis de participação feminina mais baixos que os órgãos deliberativos que dizem respeito às Assembleias Municipal e de Freguesia. Para além de que a diferença entre os dois tipos de órgãos se agudizou nas últimas eleições.

No que respeita às presidentes de Câmara, no quadro 2, apresenta-se a percentagem de presidentes de Câmara mulheres, verificando-se uma participação de 7,5%, um valor muito abaixo dos 33%.

Quadro 2 – N.º de Eleitas no Poder Local

	N.º Total de Municípios	N.º Mulheres Presidentes de Câmara	%
Autárquicas (eleições de 2009)	308	23	7,5%

Fonte: Santos e Amâncio, 2012 e dados do sítio do parlamento, consultados em 29 de Janeiro de 2012

Das 308 câmaras municipais existentes no país, 24 mulheres são presididas por mulheres (segundo resultados das últimas eleições autárquicas). Destas câmaras municipais, 58 situam-se na região Alentejo.

Na região Alentejo foi em Nisa e Arronches, onde foram eleitas mulheres presidentes de Câmara. Posteriormente (2011), no caso de Portalegre, por renúncia ao mandato do presidente eleito, a vice-presidente da Câmara, substituiu-o aumentando assim o número de mulheres a exercer o poder autárquico na região Alentejo para 3, como se pode ver pelo quadro 3.

Quadro 3 – Nº. de Mulheres Presidentes de Câmara na Região Alentejo

	Nº de Municípios	Nº Mulheres Eleitas Presidentes de Câmara
Autárquicas (eleições de 2009)	58	3

Fonte: Fonte: Sítio da DGAI

Em relação ao concelho de Moura, do total de 148 eleitos para a Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Juntas de freguesia e Assembleia de freguesia, 51 são mulheres.

As eleitas constituem uma taxa de 34,5%, um número superior ao verificado a nível nacional, como se poder ver no quadro 4.

Quadro 4 – Nº. de Eleitas no Concelho de Moura

Partido/força política	Nº Total de Eleitos	Nº de Mulheres
CDU	76	30
PS	48	13
PSD	12	5
Independente	12	3
Total	148	51

Fonte: Sítio da DGAI

Os órgãos executivos que incluem a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, apresentam níveis de participação feminina mais baixos. O papel social das mulheres está mais ligado ao apoio e o dos homens mais associado à ação. Situação que está ancorada na construção e reprodução de papéis sociais de género diferenciados, que se apresentam como condicionalismos à participação das mulheres no poder local.

Quadro 5 – Distribuição das Eleitas nos Órgãos do Poder Local de Moura

Órgãos políticos		Nº Total de Eleitos	Nº de Mulheres
Câmara Municipal	Presidente	1	0
	Vereador	6	2
Assembleia Municipal	Membros	29	9
Juntas de Freguesia	Presidente	8	2
	Tesoureiro	8	3
	Secretario	8	4
Assembleias de freguesia	Membros	64	20
	Presidente	8	3
	Secretario	16	8
Total		148	51

Fonte: Sítio da DGAI

A representatividade das mulheres na política e no poder local é fraca, mas pode ser um aspeto a contemplar pelo próprio poder local.

O poder local pode se agente de boas práticas de igualdade de oportunidades e de género para a conciliação da vida profissional com a vida familiar e para uma aposta na participação ativa e capacitação para a atitude empreendedora.

As autarquias podem ser empreendedoras quanto à implementação do *mainstreaming de género* nas suas políticas e práticas (Perista e Silva, 2009).

A estratégia do género nas políticas municipais é considerada uma medida que inova a cultura organizacional; “*Enquanto integração sistemática da perspectiva de género nas organizações e nas respetivas culturas organizacionais*” (Perista e Silva, 2009:33). Neste sentido Perista e Silva (2009) apontam a sensibilização e formação em igualdade de género como um caminho que promove o *empowerment* e desencadeia uma atitude empreendedora.

Esta sensibilização pode ser feita através de ações de sensibilizações, de informação e formação para públicos-alvo. Estas devem ser planeadas, monitorizadas e avaliadas de acordo com indicadores definidos a priori.

Importa referir que todo este processo apenas será bem-sucedido se existir um compromisso político (no caso das autarquias, os/as presidentes de Câmara) ao mais alto nível na promoção da igualdade de género enquanto linha orientadora e não meramente acessória.

Neste sentido, questões como: será que as mulheres autarcas percecionam esta realidade? Será que estão disponíveis para contribuir para a mudança comunitária? Ou a igualdade de género e o *mainstreaming de género* è contemplado nas suas autarquias? serão exploradas neste estudo.

A apresentação do estudo empírico que se segue tentará dar resposta a estas questões e a outras, de forma a caracterizar o empreendedorismo feminino no poder local na região Alentejo.

PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO

2. Metodologia

Para este estudo exploratório descritivo recorreu-se à utilização do método qualitativo e quantitativo.

O método qualitativo também conhecido como estudo de caso, consiste no exame intensivo, tanto em amplitude como em profundidade, de uma amostra em particular, selecionada de acordo com determinado objetivo, tendo com finalidade obter uma ampla compreensão do fenómeno, na sua totalidade.

As suas vantagens são: organização flexível e ativa; estruturação dos discursos; abordagem simbólica e prospetiva; geração de hipóteses e economia de tempo.

Neste método recorreu-se à técnica da análise documental e da entrevista às presidentes de Câmara da região Alentejo.

O método quantitativo ou de medida traduz-se na observação, por meio de perguntas diretas ou indiretas, a populações relativamente vastas, em situações reais, a fim de obter respostas suscetíveis de serem manejadas, mediante uma análise quantitativa, ou seja, através da estatística.

As suas vantagens são o número elevado de indivíduos; economia de tempo; anonimato dos inquiridos; maior liberdade nas respostas (sentimento de à vontade); facilidade no tratamento estatístico e extensão e capacidade de generalização dos resultados

Neste método recorreu-se à técnica de Inquérito por questionário (direto) às eleitas do poder local do concelho de Moura.

3.1.Participantes

Participaram neste estudo 29 mulheres eleitas no poder local na região Alentejo. Da totalidade das participantes, 3 são presidentes de Câmara do Alto Alentejo (concelhos de Arronches, Nisa e Portalegre). As restantes 26 são eleitas em órgãos do poder local no concelho de Moura (Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Assembleia de Freguesia e Juntas de Freguesia).

Para analisar o empreendedorismo feminino no poder local com maior profundidade para além da entrevista às presidentes de Câmara do Alentejo, houve também a necessidade de recolher dados através da aplicação de questionário às eleitas do poder local do concelho de Moura (26).

3.2. Instrumentos

Com o propósito de levantar os dados da problemática em estudo, recorreu-se ao uso dos seguintes instrumentos: a Entrevista e o Questionário.

A entrevista do tipo semiestruturada realizada às presidentes de Câmara do Alentejo, com o objetivo caracterizar o empreendedorismo feminino no poder local teve por base um guião de entrevista que se apresenta em anexo (Anexo 1).

A informação recolhida foi alvo da análise de conteúdo, “*enquanto técnica de descrição do conteúdo das mensagens.*” (Bardin, 1977: 38).

A análise de conteúdo apresenta-se em anexo (Anexo 2) assim como a transcrição das entrevistas (Anexo 3).

O questionário foi aplicado às eleitas do poder local, com o objetivo de caracterizar o empreendedorismo feminino no poder local no concelho de Moura.

O guião do questionário apresenta-se em anexo (Anexo 4), assim como também o seu enunciado (Anexo 5).

Os dados recolhidos com o questionário foram analisados com o auxílio da estatística descritiva e o Excel.

A entrevista e o questionário foram orientados considerando dimensões de análise comuns, de forma a recolher uma informação uniformizada e categorizada de acordo com as seguintes dimensões de análise: (1) caracterização sociofamiliar; (2) conciliação da vida privada com a vida pública; (3) participação ativa na vida pública/política; (4) género e poder local e (5) atitude e expectativas perante o empreendedorismo feminino no poder local.

Os instrumentos utilizados salvaguardam o princípio da confidencialidade e do anonimato da informação recolhida.

3.3.Procedimento

De forma a caracterizar o empreendedorismo feminino no poder local na região Alentejo houve a necessidade de recolher dados junto de autarcas da região. Para tal foram construídas e aplicadas entrevistas e questionários, de acordo com as dimensões de análise a explorar.

As dimensões de análise abordadas na recolha de dados foram comuns nas duas técnicas de recolha utilizadas: entrevista e questionário.

Houve procedimentos associados à recolha dos dados que passaram pela marcação junto do gabinete de apoio á presidência e envio prévio do guião de entrevista (através de correio eletrónico) e posterior contacto direto.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e sujeitas à análise de conteúdo.

O guião de entrevista constituiu um auxílio importante à entrevista e apresenta-se em anexo a este estudo (Anexo 1).

Para testar as questões formuladas no questionário foi realizado um pré-teste do mesmo a 5 pessoas, situação que contribuiu para a sua reformulação.

Depois de definitivo, o questionário foi distribuído às 51 eleitas do concelho de Moura.

A taxa de retorno foi de 50%, ou seja, foram apurados para análise 26 respostas.

Antecedeu à aplicação das técnicas de recolha de dados o diagnóstico sobre a representatividade das autarcas na região Alentejo e como se distribuíam nos vários órgão autárquicos. Escolheu-se as autarcas presidentes de Câmara Municipal por ser o cargo onde existe maior autonomia e poder de decisão para a mudança comunitária. Como só existem 3 presidentes de Câmara mulheres a recolha de informação foi complementada com as eleitas dos vários órgãos autárquicos do concelho de Moura, onde o presidente de Câmara é homem mas divide o executivo com uma vereadora a tempo inteiro. Também foram auscultadas as opiniões das presidentes de Junta de Freguesia (2) e as eleitas de uma geral (nas juntas, assembleias de freguesia, e assembleia municipal).

Os dados recolhidos através do questionário foram analisados através do Excel e da estatística descritiva.

Segue-se a apresentação e discussão dos resultados.

4. Apresentação e Discussão dos Resultados

4.1. Análise das Entrevistas

4.1.1. Caracterização das Participantes

Existindo 308 Câmaras municipais no país e dada a impossibilidade do estudo abranger todas elas, houve a necessidade de limitar a uma determinada área geográfica, pelo que se optou pela região Alentejo. Das 58 Câmaras Municipais da região Alentejo 3 são presididas por mulheres. Estas são as participantes neste estudo através da realização de entrevistas. Estas presidentes de Câmara estão nos concelhos de Portalegre, Nisa e Arronches, concelhos do distrito de Portalegre, no Alto Alentejo. O critério de escolha das entrevistadas foi mulheres presidentes de câmara da região Alentejo.

Relativamente à caracterização socioprofissional e política das entrevistadas, estas têm idades compreendidas entre os 48 e os 54 anos. São todas licenciadas, duas em engenharia agrícola e uma em engenharia de minas/geologia. Áreas mais associadas ao género masculino.

As profissões que exerciam antes de assumirem a presidência de Câmara eram docente do ensino secundário/superior, técnica superior agrícola e empresária agrícola. Todas as entrevistadas são casadas e têm filhos (uma média de dois filhos).

Estas têm que conciliar várias condições e expectativas com que se deparam diariamente no seu cargo de presidente de Câmara.

Duas das entrevistadas estão no cargo de presidente de câmara pela primeira vez (primeiro mandato). Uma eleita na lista do PS (Partido Socialista) e a outra eleita, pelo PSD (Partido Social Democrata).

A primeira está a exercer o cargo somente a partir de Agosto de 2011, na sequência da desistência do presidente eleito. Antes exercia o cargo de vice-presidente da câmara. A segunda também já tinha cumprido um mandato como vereadora do PSD.

A terceira entrevistada está a exercer o cargo de presidente de câmara pelo terceiro mandato consecutivo, integrada no PCP (Partido Comunista Português). Está há onze anos no cargo de presidente de Câmara. Situação que pode evidenciar a efetiva capacidade, por parte das mulheres, de serem reeleitas depois de, pelo menos, um mandato no exercício das suas funções.

Estas autarcas antes de serem presidentes de Câmara já tinham uma trajetória de participação empreendedora na vida pública (associações, sindicatos, partidos e coletividades) e na política e poder local, como membros, apoiantes e candidatas.

Segundo a Lei n.º de 169/99 de 18 de Setembro são competências formais do cargo de presidente de Câmara: (1) acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal; (2) aprovar o plano de atividades, o orçamento e o relatório de contas de gerência da câmara municipal; (3) aprovar taxas, posturas e regulamentos; (4) aprovar o plano diretor municipal e as suas retificações; (5) defender, junto do poder central, os interesses da autarquia e (6) delegar nas juntas de freguesia, quando necessário, atos de competências da câmara municipal.

Estas autarcas para além do domínio de competências e atribuições inerentes ao seu cargo, tem de gerir situações em condições e ambientes que exigem grande *empoderamento* e resiliência. E têm um papel importante na promoção do desenvolvimento social e cívico da região e concelho.

Todas as entrevistadas manifestaram uma preocupação comum ligada à pouca empregabilidade e ao envelhecimento demográfico da região. No entanto, não deixam de olhar com positivismo para a criação de oportunidades para o desenvolvimento das competências empreendedoras, para aumentar a criatividade e a iniciativa na região Alentejo.

Neste estudo as entrevistadas são identificados por um número, de forma a garantir o seu anonimato e a confidencialidade da informação prestada.

4.1.1.1. Entrevistada 1

Para a entrevistada 1 a conciliação da vida privada com a vida pública é conseguida com dificuldades. Ela refere que consegue compatibilizar tarefas e responsabilidades familiares porque já tem os filhos crescidos. A ajuda da família é permanente tal como o apoio e a compreensão do marido. Como referiu: *“se os meus filhos fossem ainda crianças, eu não teria aceitado o convite para o cargo. O fato de os meus filhos já terem mais de 18 anos ajudou a minha decisão.”*

Para além da idade dos filhos, do apoio da família, também a aceitação e apoio do marido é determinante para conciliar o papel de mãe, de esposa, de profissional e política ativa.

A entrevistada realça esta situação, como se pode ver pela sua afirmação: *“o meu marido foi sempre um grande apoiante, ele também tem funções de decisão e achou que eu deveria ir em frente e fazer aquilo que gosto.”*

A sua trajetória de participação ativa na vida comunitária local começou cedo. Como ela refere: *“comecei ainda jovem a participar em associações juvenis e isso ajudou-me muito na lidação com as pessoas e no desenvolvimento de competências que hoje são importantes no meu trabalho.”*

Perante a questão como pode ser promovida a participação de outras mulheres, tendo em conta a importância desta participação no processo de desenvolvimento comunitário, a entrevistada destaca: *“através da criação e manutenção de estruturas de apoio às famílias, como as creches, os lares, os ATL, o centros de dia e apoios aos idosos”.*

Para esta autarca os fatores socioculturais e a educação estão na base de constrangimentos que uma vez identificados podem ser alterados através da educação dada nas escolas e fomentada nas famílias, de modo a romper com a transmissão de geração para geração de estereótipos que acabam por ser reguladores do comportamento e da visão empreendedora. Opinião que vai ao encontro de Oliveira e Amâncio (2002) e Vieira (2007).

A este propósito salienta *“há ainda muitas situações, especialmente nas zonas mais rurais e mais conservadoras do concelho em que as mulheres pensam aquilo que os maridos pensam.”*

No que se refere ao impacto do género no seu papel político, salienta que *“as mulheres têm de trabalhar sempre mais para serem reconhecidas, a capacidade de entrega tem que ser maior.”*

O género condiciona assim a sua participação ativa mas não o seu desempenho que, segundo a entrevistada depende da capacidade de cada pessoa, independentemente de ser homem ou mulher.

As características pessoais são importantes e as competências empreendedoras podem ser apreendidas com muito trabalho, dedicação à causa e esforço, se houver gosto em tal. Assim estas características são apontadas pela entrevistada como tendo um peso decisivo na sua trajetória profissional e política. São referidas como características predominantes: um bom relacionamento interpessoal; uma boa preparação técnica; confiança em si e na equipa de trabalho que lidera; persistência nas ideias; uma argumentação forte que as valide; gosto no trabalho e saber ouvir e envolver as pessoas na sua ideia.

O trabalho como presidente do executivo camarário é encarado como um trabalho de equipa, como salienta: *“estou a trabalhar consoante os meus objetivos e metas, de acordo com o atual contexto exigente (de desequilíbrios financeiros) e com a equipa que me acompanha.*

A entrevistada encara a sua função não como um meio de sustento, mas como um modo de vida.

Um modo de vida que traz muitos dissabores, mas também satisfação e realização. Uma função que exige muito esforço e dedicação, *“é um cargo que requiere uma entrega total e que exige que diariamente se tenha capacidade de resposta às inúmeras situações e solicitações constantes”.*

Em relação á sua continuidade de participação no poder local, afirma que esta está em aberto. Esta decisão não é unicamente sua, mas também do partido que a apoiou e da avaliação do seu trabalho pelos eleitores. Situação que vai ao encontro do salientado por Martins e Teixeira (2005) que referiram que os partidos políticos na hora de escolher os candidatos têm um papel importante na decisão da escolha.

Para esta entrevistada a sua participação no poder local resulta da sua capacitação, da vontade para agir e de uma aprendizagem contínua ao longo da vida, e vai ao encontro da perspetiva de Neves (2001) que refere que as características pessoais, os percursos e trajetórias de vida e a capacidade de tomar decisões acertadas têm grande peso no sucesso da liderança.

4.1.1.2. Entrevistada 2

Para a entrevistada 2 a família desempenha um papel importante no apoio à conciliação da vida privada com a vida pública.

Em relação à família existe uma distribuição desigual de tempo dedicado às tarefas familiares e domésticas.

O seu cargo político não o permite. Mas o bem-estar da sua família é a principal prioridade na sua vida e tem de sentir que tudo em casa corre bem. Para isso, o apoio do marido é indispensável assim como o dos avós é fundamental, como refere: *“o meu marido dá-me muita força, sei que por vezes esta situação não é bem igual para outras mulheres, e que leva mesmo á rutura conjugal”*.

Salienta que a sobrecarga de trabalho doméstica de que a mulher é alvo diariamente retira-lhe a qualidade de vida e a vontade para uma participação mais ativa na vida social, cultural e política.

Refere a importância de educar os mais jovens para mudar mentalidades e para eliminar estereótipos e ideias preconcebidas de género e

Em relação á sua trajetória de participação na vida comunitária local considera que gosta e sempre gostou de defender causas públicas. Sempre aderiu a iniciativas que defendiam os direitos e a qualidade de vida das pessoas. Havia familiares ligados á política e estes também tiveram influência na sua entrada na política. Muitas vezes participava em reuniões e eventos onde a maioria dos participantes eram homens. Tal incutiu-lhe a vontade para a participação e a entrada no poder local foi uma sequência deste percurso. Como referiu: *“estive no associativo, daí veio a política e o interesse nas questões do desenvolvimento do meu concelho.”*

Perante a questão como pode ser promovida a participação de outras mulheres, tendo em conta a importância desta participação no processo de desenvolvimento comunitário, defende o ajustamento de horários das reuniões e uma maior concertação das atividades partidárias. Como refere: *“ o ajustamento de horários, pois a vida partidária está muito organizada em horário pós-laboral e pensada para as pessoas que não têm família.”*

Para a entrevista mais que o género de quem está no poder é a sua “seriedade, empenho, capacidade de trabalho e de ouvir os outros”.

No entanto não deixa de fazer alusão a alguns estereótipos, juízos de valor e preconceitos sentidos no seu papel de política.

A propósito disto afirma: *“até chegar a esta fase tive que enfrentar juízos de valores e preconceitos que punham em causa as minhas capacidades e entrega á família que em nada facilitaram a vida.”*

Para ela características mais associadas ao feminino como a sensibilidade e a emotividade são aceites positivamente e até facilitadoras no relacionamento com os outros e nas respostas de atuação.

Como refere: *“o relacionamento interpessoal (posição conciliadora) ... é uma destas competências importantes para esbater a imagem que por vezes se tem da capacidade da Mulher.”*

As mulheres possuem uma sensibilidade que falta aos homens na abordagem de determinadas questões.

Esta sensibilidade é vantajosa no tratamento de problemas vários com que um autarca se depara no seu dia-a-dia, nomeadamente aqueles que se referem a populações específicas.

O seu modo de liderança também é marcado por características tradicionalmente conotadas com o sexo masculino, tal como refere: *“a persistência nas ideias e uma argumentação forte que as valide são essenciais”*.

Esta entrevistada partilha a opinião de que homens e mulheres devem dividir tarefas e funções em todos os domínios da vida em sociedade.

Poderá haver diferenças na forma de ser, sentir e perceber, mas não existem diferenças na capacitação de homens e mulheres, desde que haja uma entrega igual.

Quanto á continuidade no poder local, a autarca refere: *“é um cargo em que só se pode estar pelo gosto pessoal e pela satisfação de se estar na política.”*

A sua continuidade depende não só dela, como diz: *“a avaliação não me cabe a mim, eu continuo motivada para exercer projetos que são para o bem comum.”* e *“ um mandato de quatro anos não chega para cumprir o programa proposto, é necessário muito mais tempo, mas aqui o partido tem a decisão final.”*

Segundo opinião da entrevistada participar no poder local é uma tarefa alvo de grande pressão social, que exige um bom domínio de competências empreendedoras e uma boa capacidade de resiliência e de inteligência emocional na relação com os outros e consigo própria.

Capacitar e desenvolver uma atitude de empreendedorismo junto dos mais novos e da população em idade ativa é um desafio também para as autarquias locais.

4.1.1.3. Entrevistada 3

Para a entrevistada 3 a conciliação da vida privada com a vida pública conta com a sensibilidade da família para a partilha das tarefas. Como a entrevistada refere “um bom suporte familiar é essencial. *“O meu marido também me apoia neste projeto que também é participado pela família”*.”

Também esta autarca à semelhança das outras refere que, não fosse ter uma estrutura familiar de suporte, exercer este cargo seria impossível, porque os ritmos associados à vida política e partidária continuam a ser mais acessíveis para os homens (horários, procedimentos, estilos de intervenção).

Para esta entrevistada a organização política e partidária está muito assente no horário tardio das reuniões e por isso está mais orientada para quem não tem filhos pequenos a seu cargo. Tal contribui para desmotivar as mulheres para a participação ativa, mesmo quando lhes são dadas oportunidades no acesso à participação (convites para associações e partidos).

Perspetiva que vai ao encontro das opiniões de Silva (2002) e Martins e Teixeira (2005) que referem que o investimento de tempo em horário pós-laboral por parte das mulheres com família origina muitas vezes conflitos entre o espaço privado e o público. Conflitos tanto mais marcados e difíceis quanto menor a capacidade de delegação do universo doméstico a outros (Silva, 2002 e Martins e Teixeira, 2005).

A sua trajetória de participação no poder local é marcada pela vontade pessoal e pelas competências para uma afirmação positiva. Para ela só assim se consegue contornar pensamentos estereotipados do tipo o lugar da mulher è em casa e o do homem è na praça.

O *empowerment* é um processo necessário mas não fácil de alcançar, ainda mais num contexto de envelhecimento populacional e desertificação como o do Alentejo.

Esta autarca ainda não estava na política e já tinha curiosidade natural pelos assuntos que tocavam a opinião pública. *“Desde que me lembro que pertenço ao meio associativo”*.

Ainda jovem despertou para os problemas que a rodeavam e na vida estudantil e académica iniciou a sua participação em organizações de cariz associativismo.

È de opinião que a participação de outras mulheres pode ser facilitada pelo emprego.

Salienta: *“no momento o desemprego, em especial desemprego feminino e jovem, a par do envelhecimento demográfico são os fenómenos sociais mais preocupantes.”*

A informação por parte de mulheres e homens sobre a legislação da parentalidade e o seu uso de forma equilibrada favorece a disponibilidade das mulheres para desenvolver capacidades empreendedoras na vida pública/política.

Quanto ao impacto do género no poder local refere que não é o fato de ser mulher ou homem que é determinante, mas o que conta é essencialmente um bom trabalho e estabelecer uma relação aberta com as pessoas.

“Existe a preocupação de envolver as pessoas nos nossos projetos, nas nossas ideias.”

Afirma *“mais que o género, pesam as características e as ideias das pessoas. Para mim o que conta são as características da pessoa e a sua atitude.”*

No que respeita à atitude e expectativas perante o cargo a entrevistada opina: *“esta é uma função recompensadora não financeiramente mas pela satisfação pessoal.”* Uma função que joga com a capacidade de trabalho, dedicação, mas também com o diálogo e a cooperação entre a equipa eleita e o apoio do partido.

Segundo a entrevistada: *“é muito importante saber ouvir os outros, acho que é muito, muito importante.”*

Dialogar, ouvir os outros (a equipa), partilhar ideias e trabalhar em parceria são competências muito valorizadas pela autarca que concorda com um tipo de liderança assente numa gestão de responsabilidade participada por todos.

Quanto à sua continuidade no poder local, por motivos de legislação, a entrevistada não pode recandidatar-se no concelho. Deixa assim em aberto a sua continuidade de participação.

4.1.2. Síntese das Entrevistas

O resumo das entrevistas remetem para o modo como as presidentes de Câmara da região Alentejo encaram a sua ação empreendedora no poder local e como a promovem.

As autarcas caracterizam-se por um perfil de empreendedorismo assente na aquisição de competências pessoais, relacionais e técnicas.

Estas autarcas rompem com o pensamento tradicional do papel da mulher (Oliveira e Amâncio, 2002) e direcionam os seus objetivos de vida também para fora da esfera privada e do universo familiar.

Não retiram a importância à família e à conciliação e compatibilização de interesses familiares mas projetam a sua vida para a política e tal traz-lhes satisfação. Tal só é possível porque apresentam uma situação sociofamiliar estável e não vivem *assimetrias de poder* no seio da sua relação conjugal (Pereirinha e *al.*, 2008).

O seu género condiciona a sua trajetória no poder local devido ao papel socialmente atribuído às mulheres e às suas responsabilidades familiares, mas não o determina.

Estas autarcas esbatem representações generalizadas e socialmente valorizadas do que é pensado para homens e mulheres. Contrariam características muito associadas ao universo feminino como as referidas por Amâncio (1993) *“de que a mulher é dependente, emotiva, sentimental (...) e o homem é corajoso, aventureiro, independente”* (Amâncio: 1993:127).

Estas autarcas contornam estereótipos de género e vivenciam uma situação conjugal harmoniosa que lhes dá autonomia de decisão e escolha dos seus projetos e modos de vida (Pereirinha e *al.*, 2008).

As autarcas são mulheres fora do círculo da submissão e da dominação masculina familiar e contrariam a ideia de Viegas e Faria (1999) ao enfrentarem o meio político, ao investirem na sua capacitação para a afirmação do seu potencial.

Quadro 6 – Quadro Síntese do Resultado das Entrevistas

DIMENSÃO DE ANÁLISE	Entrevistas 1, 2 e 3
I - Caracterização Sociofamiliar	Na sua maioria já tem os filhos crescidos e uma carreira profissional estável. A família partilha da sua decisão de participação na política e dá o apoio necessário.
II - Conciliação da Vida Privada com a Vida Pública	Conseguem conciliar a vida familiar com a do cargo de presidente de Câmara. Para isso enfrentam dificuldades inerentes ao papel social da Mulher e contam com o apoio indispensável da família, em especial do cônjuge.
III - Participação Ativa na Vida Pública/Política	Consideram a sua trajetória de participação política como resultante de um processo de participação natural e contínuo. A participação pode ser promovida pela educação, informação e sensibilização e pelo ajustamento de horário e apoio às famílias
IV - Género e Poder Local	A influência do género não é decisiva no seu processo de <i>empowerment</i> , apenas o limita e condiciona. As suas características pessoais e a sua capacidade empreendedora são determinantes no exercício do poder local.
V - Atitude e Expetativas perante o Empreendedorismo Feminino no Poder Local	A capacitação, a vontade e o apoio familiar marca a sua atitude na política. O seu cargo é encarado com gosto (não pelo salário que auferire)mas mais como um modo de vida desafiante e audaz. A continuidade no poder local está em aberto e depende do apoio do partido, da avaliação dos eleitores e do limite de mandatos.

Em relação à avaliação do impacto do género nas políticas dos municípios estudados (onde as presidentes de Câmara desempenham o seu cargo), pode-se dizer que os municípios não apresentam uma política de operacionalização de *mainstreaming de género*, ou seja a perspetiva da igualdade de género não está identificada nas Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal.

Esta área é tratada transversalmente e ocasionalmente em dias específicos como a comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Nas autarquias estudadas não existe uma avaliação do impacto das medidas políticas praticadas em função do género, ou seja, se as medidas servem e beneficiam igualmente homens e mulheres.

Quanto à atitude das presidentes de Câmara, à exceção de uma (a que está à mais tempo no cargo), as restantes consideram esta área digna de uma melhor informação e sensibilização para melhorar o seu conhecimento.

Estas autarcas apresentam claramente características de empreendedorismo assentes num espírito de esforço, entrega e dedicação à causa que defendem.

Defendem um modelo de liderança antagónico ao autoritário, mas se preciso for também sabem exercer a autoridade e a força na argumentação das suas ideias.

4.2. Análise dos Questionários

De modo a conseguir uma informação mais abrangente da população em estudo foi construído e aplicado um questionário com o objetivo de recolher dados para a caracterização do empreendedorismo feminino no poder local no concelho de Moura. Na construção do questionário foram consideradas dimensões de análise já utilizadas na entrevista, de forma a recolher uma informação uniformizada.

Os dados apresentados com a recolha de dados refletem as dimensões de análise como: (1) caracterização sociofamiliar; (2) conciliação da vida privada com a vida pública; (3) participação ativa na vida pública/política; (4) género e poder local e (5) atitude e expectativas perante o empreendedorismo feminino no poder local.

Relativamente ao contexto e ambiente de empreendedorismo e igualdade de género no concelho de Moura, tem-se verificado alguma preocupação manifestada pela intervenção da Câmara Municipal em colaboração com entidades concelhias, regionais, nacionais e transnacionais.

A promoção de projetos de empreendedorismo (através da Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário) e de promoção da igualdade de género (através do Espaço de Informação à Mulher).

O projeto *Taking Gender Equality to Local Communities*, uma iniciativa da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2001/2005) com a parceria das autarquias (onde se incluiu a de Moura) com o objetivo da promoção da participação ativa da mulher na vida comunitária local é exemplo de intervenção nesta temática.

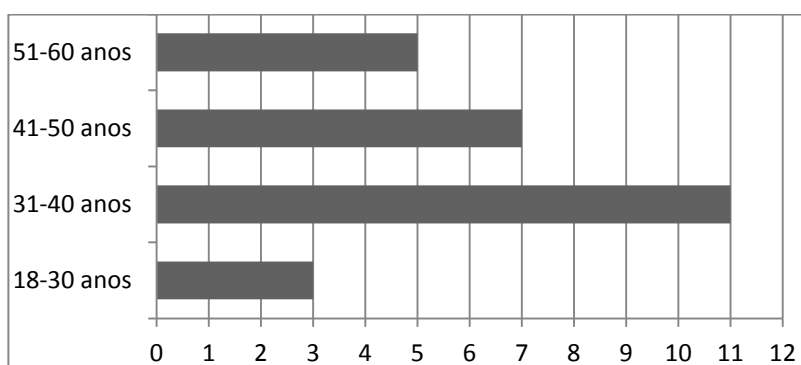
A Moura-Salúquia – Associação de Mulheres do Concelho de Moura (criada em 2000), com respostas sociais no terreno (casa abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, refeitório social, ATL e creches) é também uma boa prática de intervenção.

O concelho de Moura ao nível da promoção da conciliação da vida profissional e familiar, tem um conjunto de medidas positivas destinadas às famílias, tais como serviço o fornecimento do almoço dos alunos do pré-escolar e 1º ciclo, o prolongamento de horário das crianças do pré-escolar, ateliers de ocupação dos tempos livres das crianças, colónias de férias de verão para os filhos dos funcionários/as municipais, a adaptabilidade dos horários da Ludoteca e Biblioteca Municipal em tempo de férias das crianças e o acesso grátis ao autocarro municipal (transporte urbano).

4.2.1. Caracterização Socio Familiar das Questionadas

As maiorias das questionadas (42%) encontram-se na faixa etária dos 31 aos 40 anos. Esta faixa etária considerada de idade ativa é identificada com uma fase onde as características pessoais do indivíduo estão consolidadas e vive-se pela necessidade de independência, sucesso e realização. Características de uma atitude empreendedora apontada por Moreland (2006) citado por Faria (2012).

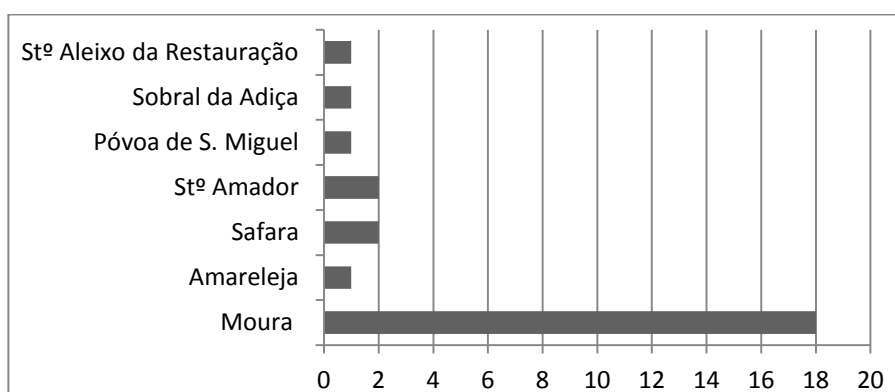
Gráfico 1 – Idade das Questionadas



Quanto ao estado civil 66% das questionadas são casadas ou vivem em união de fato.

Em relação à forma como se distribuem no concelho, 69% das questionadas residem em Moura (cidade) e estão representadas na Câmara Municipal (vereadoras), na Assembleia Municipal e nas Juntas de Freguesia. As restantes distribuem-se pelas freguesias rurais do concelho onde se encontram eleitas nas juntas de freguesia.

Gráfico 2 – Local de Residência



Quanto à sua situação profissional, a maioria é trabalhadora por conta de outrem (73%). Trabalham por conta própria na situação de independente 27% das questionadas.

No momento da aplicação dos questionários (1º semestre de 2012) não havia situações de desemprego entre as questionadas. Situação de exceção num concelho marcado pelo elevado desemprego feminino como é o de Moura.

As profissões predominantes entre as questionadas são as relacionadas com o ensino e formação (professoras do ensino básico, educadoras de infância, técnicas superiores e formadoras). Segue-se as profissões de assistentes administrativas, animadoras nas escolas/jardim-de-infância e técnicas superiores na área das ciências sociais e humanas. A maioria das questionadas tem vínculo de trabalho à administração pública local (autarquia e escolas).

As eleitas vivem uma situação positiva face ao emprego, embora muitas das licenciadas não estejam a exercer funções como técnicas superior mas ainda se encontrem na situação de emprego inicial antes da conclusão da sua licenciatura.

Situação que pode ter reflexo na sua capacitação e atitude empreendedora para a participação no poder local.

A maioria das questionadas (60%) tem formação superior com licenciatura concluída. As restantes têm o 12º ano de escolaridade e apenas 5% não tem o ensino secundário completo.

As habilitações literárias são elevadas considerando o contexto de baixa escolaridade que ainda é muito forte nos concelhos marcados pela interioridade, como é o de Moura. De entre as questionadas, verificam-se casos de eleitas que ainda continuam a fazer um percurso académico, (1 está a concluir um doutoramento e 3 a fazer mestrado). Vida académica que têm de conciliar com a família, profissão e a participação ativa no órgão de poder local onde estão eleitas.

Em termos das competências técnicas, à semelhança das câmaras municipais, também as juntas de freguesia têm competências específicas estabelecidas na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Destas competências destacam-se as seguintes: (1) representar a freguesia e decidir sobre o exercício de funções em regime de tempo inteiro ou meio tempo; (2) autorizar a realização de despesas; (3) colaborar com outras entidades, exemplo no domínio da proteção civil; (4) informar a câmara municipal sobre a existência de património degradado e (5) fazer a distribuição de funções pelos vogais da junta de freguesia e designar o seu substituto legal, para as situações de faltas e impedimentos.

Relativamente à formação escolar e situação perante o emprego dos cônjuges/companheiros, as suas habilitações literárias são inferiores às suas, ou seja apenas 30% tem bacharelato ou licenciatura. O nível de escolaridade predominante é o ensino secundário.

Também na sua maioria, os cônjuges/ companheiros são trabalhadores por conta de outrem (70%) e também aqui não se verificou nenhuma situação de desemprego. Contudo existem situações de precaridade face ao emprego (trabalho sazonal e pontual).

Em relação à profissão, a maioria são também funcionários públicos, agentes das forças de segurança pública, assistentes/técnicos administrativos, motoristas e engenheiros técnicos. Os casos de trabalhadores por conta própria estão ligados a serviços de contabilidade, restauração e lazer.

Em relação à família, as questionadas tem filhos em idade escolar (69%). Em média têm 2 filhos. Relativamente a encargos com familiares e idosos dependentes, não foi referida a existência de qualquer situação de encargos.

Pode-se concluir que o contexto sociofamiliar das questionadas reflete uma situação de estabilidade ao nível do emprego o que pode ter reflexo nas suas características pessoais de empreendedorismo.

Ao nível familiar o número de filhos e o fato de não terem idosos na sua dependência podem ser fatores facilitadores à participação no poder local.

As habilitações literárias de nível superior na sua maioria também ajudam ao desenvolvimento de competências necessárias no processo de empreendedorismo.

4.2.2. Caracterização do Empreendedorismo Feminino no Poder Local no concelho de Moura

Para esta caracterização além do contexto sociofamiliar são consideradas as dimensões de análise que se apresentam de seguida.

Conciliação da vida privada com a vida pública:

A conciliação da vida família com o trabalho é já por si situação difícil. Como refere Torres (2004) trabalho e vida conjugal são duas dimensões da vida quotidiana que ocupam grande parte do tempo, energia e investimento emocional. Se juntar a isto a participação na vida política e partidária com horários tardios e fins-de-semana ocupados em reuniões, a exigência é maior ainda.

Para 88% das inquiridas a partilha das tarefas domésticas é prática habitual entre a família, justificada pela necessidade de todos contribuírem para a divisão das tarefas domésticas. Quem mais contribui para essa divisão é o cônjuge /companheiro.

Esta partilha revela que existe uma situação de compatibilidade que acompanha a mudança de papéis de homens e mulheres e que constitui um apoio para a participação da mulher no poder local.

Situação que rompe com o estereótipo de pensamento dominante da mulher socialmente pensada para a esfera privada (a da família) enquanto o homem está pensado para a vida pública como referido por Oliveira e Amâncio (2002).

A Mulher tem de conciliar a sua ação empreendedora com a vida familiar, “ a multiplicidade de papéis é um processo e não um estado, requerendo das empreendedoras constantes negociações face às circunstâncias que se modificam.” (Jonathan & Taíssa, 2007: 7).

Participação Ativa na Vida Pública/Política:

Quanto à antiguidade no poder local, a maioria das inquiridas participa no poder local pela primeira vez (88%) ou seja, estão no primeiro mandato. As restantes (12%) já foram eleitas mais do que uma vez.

As maiorias foram eleitas 2 vezes, destacando-se 1 eleita que está há 30 anos no poder local, sendo eleita por 5 vezes (aos órgãos da Junta e Assembleia de Freguesia).

A participação das questionadas é marcada por uma participação ativa na vida associativa da comunidade. 69% pertencem a órgãos sociais de organizações locais (associativismo e entidades particulares de solidariedade social). Colaboram em média em 2 entidades, para além do órgão onde estão eleitas e do partido (no caso de militantes/simpatizantes)

Encontram-se eleitas nas assembleias de freguesia 50% das questionadas. Estão nas juntas de freguesia 33%. Das 8 freguesias do concelho existem 2 que têm presidentes mulheres.

Na assembleia municipal estão 17% das questionadas, sendo que uma é vice-presidente.

Na câmara municipal estão 2 vereadoras, uma a tempo inteiro e outra a meio tempo. Verifica-se uma maior participação ao nível das assembleias e juntas de freguesia.

Relativamente a postura, 48% das questionadas consideram que a sua participação na política local é marcada por uma atitude de defensora de direitos, 38% identificam-se mais como promotoras de ideias e 14% como prestadoras de serviços. Não responderam a esta questão 12% das inquiridas.

Género e Poder Local

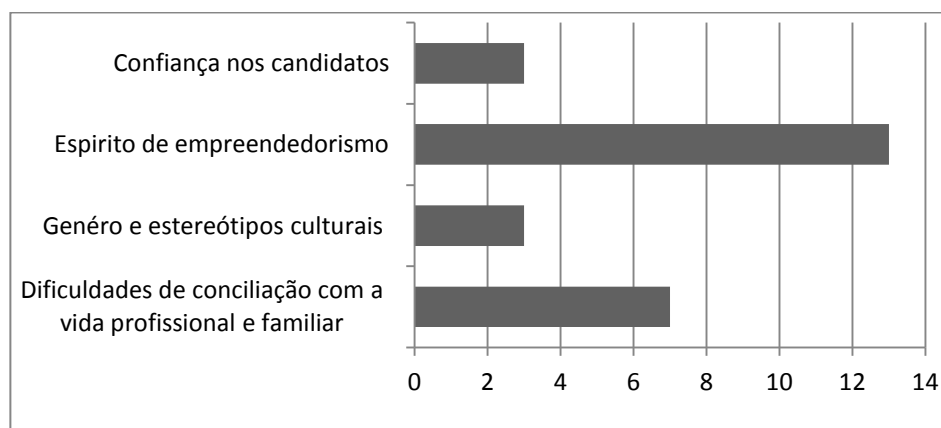
Do total das questionadas metade (50%) consideram a sua participação no poder local influenciada positivamente pelo seu espírito de empreendedorismo.

São de opinião que a sua participação no poder local é influenciada pelo fato de conhecerem os candidatos e de manterem uma relação de proximidade com os mesmos (confiança e relacionamento interpessoal) 11%.

Referem as dificuldades de conciliação da vida profissional, familiar e política 27% das questionadas. 12% são de opinião que o género e os estereótipos culturais que lhes estão associados têm influência na sua participação no poder local.

Deduz-se que esta seja uma influência negativa

Gráfico 3 – Fatores que Influenciam a Participação no Poder Local

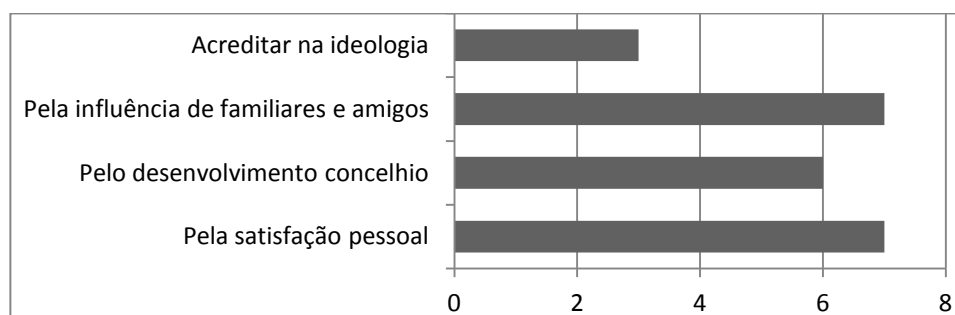


Relativamente ao modo como encaram a sua participação no poder local, 27% referem a satisfação pessoal. Situação que vai ao encontro da opinião de Jonathan & Taíssa (2007), que referem que a necessidade de realização e satisfação no trabalho

faz com que a mulher queira empreender. Esta realidade reflete a necessidade de independência, sucesso e realização características de comportamento empreendedor e independentes do género.

Igual percentagem (27%) refere a vontade de contribuir para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida do seu concelho. 23% estão no poder local por influência de familiares e amigos. 12% das inquiridas referem razões ideológicas e 11% não responderam à questão.

Gráfico 4 – Modo de Encarar a Participação no Poder Local



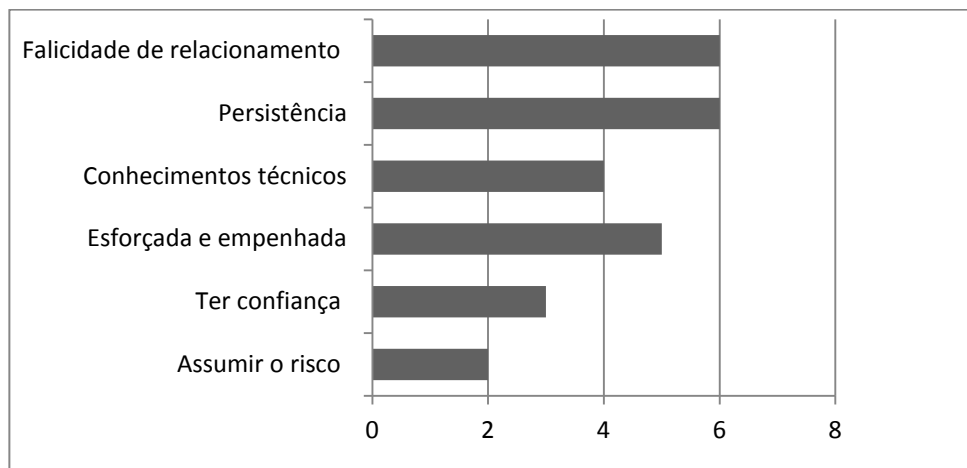
Atitude e Expetativas perante o Empreendedorismo Feminino no Poder Local

Perante uma listagem de características associadas ao comportamento de empreendedorismo, 46% das eleitas assinalaram que se identificam mais com as seguintes características pessoais: a persistência e facilidade de relacionamento interpessoal. Referiram ser esforçadas e empenhada 34% das inquiridas. 20% apontam a preocupação de atualizar os conhecimentos técnicos e 20% referem que não tem medo de assumir o risco e que o fazem com confiança, como demonstra o gráfico 5.

Estas características enquadram-se na visão de Brito (2008) e de Moreland (2006) que referem o empreendedorismo numa perspetiva de comportamento positivo para a mudança comunitária.

O gráfico 5 reúne assim as características mais frequentemente apontadas na primeira opção de escolha pelas inquiridas. São características dependentes de competências específicas aos mais variados níveis e servem de referência para o perfil da mulher autarca empreendedora no Alentejo. As características com que as autarcas mais se identificam não divergem das clássicas características empreendedoras que segundo Sharkar (2007) podem ser promovidas ao longo da vida.

Gráfico 5 – Características de Empreendedorismo das Autarcas



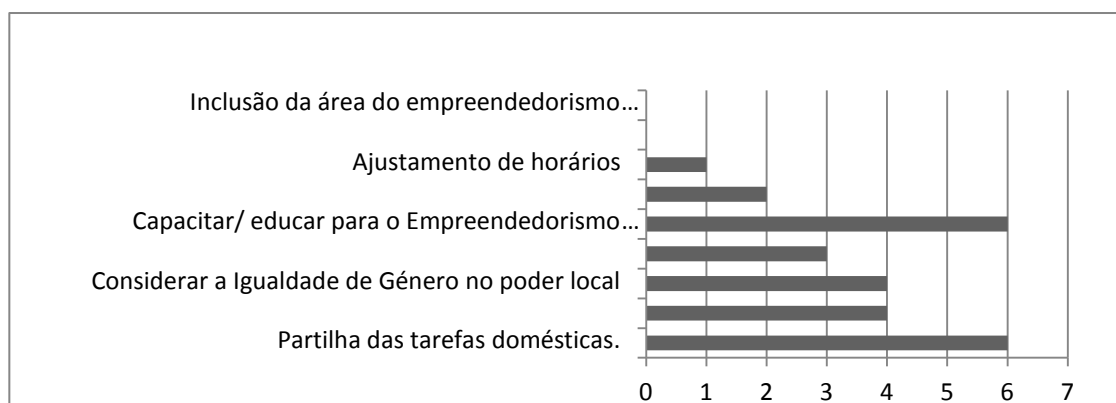
Da totalidade das inquiridas, 67% consideram que a sua participação no poder local pode ter reflexos no desenvolvimento do seu concelho. A maioria justifica esta afirmação no sentido de considerarem a sua participação importante na decisão de projetos que visem o desenvolvimento do concelho.

Perante a opinião das inquiridas sobre o que mais poderá contribuir para a participação equilibrada de mulheres e homens no poder local (gráfico 6) 43% das inquiridas consideram como mais importante a partilha das tarefas domésticas e a capacitação e educação para o empreendedorismo feminino no poder local.

Da totalidade das respondentes, 30% consideram como mais importante, a existência de estruturas de apoio à família (lares, creches e atl's) e a integração da área da igualdade de género no poder local.

Para 27% estudos sobre desigualdades de género, a aplicação da lei da paridade e o ajustamento de horário de reuniões de trabalho/políticas são indicados como mais importantes.

Gráfico 6 – Contributos para a Participação Equilibrada de Homens e Mulheres no Poder Local



Das participantes ativas no poder local 67% referem contribuir para a promoção de outras mulheres no poder local. No entanto, justificam que gostariam de ser mais ativas nesta promoção, mas estão limitadas pela falta de oportunidades e de meios financeiros.

Esta situação vai ao encontro dos condicionalismos ao empreendedorismo referidos por Cardoso (2010).

Condicionalismos como o apoio financeiro, as políticas e programas governamentais e as normas sociais e culturais (estereótipos).

As inquiridas dinamizam e participam em atividades da Câmara Municipal de Moura e da Moura Salúquia – Associação de Mulheres do Concelho de Moura.

Perante a última questão que se refere à possibilidade de continuarem a integrar uma lista de candidatos às próximas eleições autárquicas, 46% respondem talvez, deixando em aberto a situação.

Afirmam que sim 15%. Não estão interessadas em continuar 8% e 32% das inquiridas não respondem a esta questão que encerra o questionário.

4.2.3. Síntese dos Questionários

Pela recolha quantitativa dos dados pode-se deduzir que as mulheres autarcas empreendedoras apresentam hoje características e traços pessoais reveladores de capacitação e *empowerment* para a mudança comunitária. Como refere Torres (2001) são já indivíduos com autonomia e soberania, indivíduos de corpo inteiro, “*com o que se considera ser a passagem de uma noção de mulher-natureza, condicionada pelas suas funções biológicas por um destino específico, para uma conceção de mulher-indivíduo*” (Torres, 2001: 60).

As autarcas revelam uma situação sociofamiliar e profissional de aparente estabilidade. O seu projeto no poder local é apoiado e aceite pela família e existe a partilha de tarefas e dos encargos familiares.

A maioria das autarcas está pela primeira vez no poder local (88%), destas somente 15% estão convictas em continuar (esta decisão não passa unicamente por elas). No entanto 67% considera que a sua participação no poder local positiva para o desenvolvimento do seu concelho.

As autarcas consideram a sua participação no poder local influenciada positivamente pelo seu espírito de empreendedorismo e pela satisfação pessoal, opinião partilhada por Jonathan & Taíssa (2007).

Estas autarcas identificam-se com características individuais de empreendedorismo como a persistência, facilidades de relacionamento, confiança, esforço e empenho, domínio dos dossiers técnicos, sem receio de defender as suas ideias. Uma atitude associada a um comportamento positivo e proactivo, segundo Brito (2008) e Moreland (2006).

As características com que as autarcas mais se identificam não divergem das clássicas características empreendedoras que segundo Sharkar (2007) podem ser promovidas ao longo da vida.

Relativamente ao que mais poderá contribuir para a participação equilibrada de mulheres e homens no poder local estas autarcas apontam a promoção de ações de capacitação para o empreendedorismo feminino (de mulheres e homens em idade empreendedora), a inclusão da área da igualdade de género e empreendedorismo feminino no meio académico como contributo para a mudança de mentalidades e a sensibilização das organizações (autarquias, sindicatos, associativismo e partidos) para a integração da igualdade de género nas políticas locais para o aumento da participação equilibrada de mulheres e homens na tomada de poder e decisão política, como requisito para o melhoramento da qualidade de vida das mulheres do Alentejo.

Considerando a recolha dos dados propõe-se o seguinte projeto de Intervenção.

PARTE III - PROPOSTA DE PROJETO DE INTERVENÇÃO

5. Apresentação do Projeto de Intervenção

O Projeto de Intervenção proposto neste estudo é designado de: *Sinergias* para Empreender no Poder Local no Feminino.

Num contexto socioeconómico vulnerável marcado por um fraco empreendedorismo, em especial feminino propõe-se uma intervenção com base numa lógica de cooperação e parceria.

São objetivos gerais do projeto: (1) Contribuir para o conhecimento da temática da igualdade de género e para o empreendedorismo na vida política, numa lógica de aquisição de competências para a capacitação para a participação; (2) Consciencializar os potenciais agentes de empreendedorismo para o aumento da participação ativa das mulheres na política local.

São objetivos específicos: (1) Informar, formar e sensibilizar para um novo olhar sob a importância da participação das mulheres na vida política comunitária; (2) Fortalecer a assertividade, a autoestima e autoconfiança de mulheres e homens em idade empreendedora, de modo a capacitar o *empowerment* individual e coletivo e (3) Contribuir para aumentar a representatividade feminina nos órgãos do poder local.

As populações alvo são (1) jovens (estudantes do ensino superior); (2) mulheres e homens em idade empreendedora (25 aos 35 anos) e (3) dirigentes políticos, associativos e eleitos/as.

As atividades a realizar consistem em ações de informação, sensibilização e formação (workshops, seminários, tertúlias, grupos de trabalho, fóruns de discussão, encontros de reflexão e colóquios).

O tipo de ação a desenvolver resultará de uma decisão participada pelos parceiros num espírito de cooperação e de sinergia para um tipo de intervenção assente numa visão sistémica, integrada de forma a contribuir para a mudança comunitária.

A intervenção requiere o acompanhamento de especialistas nas áreas do Empreendedorismo e Desenvolvimento Comunitário, de docentes do ensino superior, e empreendedores/as da região com boas práticas no quadro da responsabilidade social das organizações públicas.

A duração da intervenção proposta é de dois anos.

A avaliação do projeto de intervenção será participada e monitorizada através de indicadores definidos por atividade.

Os resultados da avaliação fundamentarão a sustentabilidade e durabilidade do projeto.

O financiamento do projeto será candidatado à medida 7 do POPH – Programa Operacional Potencial Humano (QREN).

As parcerias propostas para o projeto são as seguintes: (1) Autarquias locais da região Alentejo; (2) Comissão para a Igualdade e Cidadania de Género; (3) Instituto Politécnico de Beja; (4); (5) Instituto Politécnico de Portalegre; (6) Universidade de Évora; (7) Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo; (8) Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo e (9) Movimento Associativo da região Alentejo.

Linhas orientadoras para a promoção do empreendedorismo feminino no poder local:

Considerando os dados recolhidos pela pesquisa documental e pelo estudo empírico apontam-se as seguintes linhas de orientação estratégicas para a promoção do empreendedorismo feminino no poder local:

- 1 - O fomento da participação dos jovens na vida cívica e política;
- 2 - A consciencialização dos jovens relativamente às questões da igualdade entre mulheres e homens no contexto nacional, europeu e internacional;
- 3 - A reflexão sobre a integração das preocupações e necessidades particulares dos jovens nos processos de decisão em diferentes tipos de organizações;
- 4 - A sensibilização para a importância das questões da igualdade de género, mormente as que se referem à conciliação entre responsabilidades familiares e profissionais;
- 5 - A aquisição e desenvolvimento de competências para a capacitação empreendedora;
- 6 - A cooperação e parceria de redes de apoio aos jovens empreendedores;
- 7 – O melhoramento da comunicação e cooperação entre jovens e organizações;
- 8 – O envolvimento dos decisores políticos, dirigentes associativos e eleitos na divulgação de boas práticas de empreendedorismo feminina na região Alentejo.

Apresentam-se propostas de atividades a realizar no âmbito do projeto *Sinergias para Empreender no Poder Local no Feminino*.

Atividade 1 – Ação de Sensibilização – Sinergias para a Participação Ativa

População Alvo	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Atividade	Parcerias
Alunos/as do Ensino Superior	Consciencializar os alunos enquanto agentes de mudança para a alteração de comportamentos estereotipados influenciadores de atitudes e expectativas quanto ao poder e tomada de decisão.	Sensibilizar os alunos e alunas para a participação no associativismo e na política.	Realização de Workshops - Igualdade de Género e Empreendedorismo Feminino.	Autarquias Locais Comissão para a Igualdade e Cidadania de Género Instituto Politécnico de Beja Instituto Politécnico de Évora. Universidade de Évora

Nº de Sessões:

Propõe-se a realização de 2 Workshops por estabelecimento de ensino superior parceiro do projeto.

Os Whorkshop terão lugar nos anos letivos de 2012/13 e 2013/14.

Atividade 1 – Ação de Sensibilização – Sinergias para a Participação Ativa

Plano de Sessão

Duração: 1 Dia (6 Horas)

Duração	Hora	Objetivos	Conteúdos	Métodos/ Atividades	Recursos
Manhã	9.30H – 10.15H	Conhecer a situação da mulher no contexto europeu e na sociedade portuguesa.	Apresentação de factos históricos e dados estatísticos.	Métodos expositivo e Interrogativo.	PC e Datashow Quadro
	10.15H - 11.00H	Explicitar conceitos associado á igualdade de género.	O sexo como diferença e o género como desigualdade. Os papéis sociais desiguais em função do sexo. Estereótipos de género A violência de género. A conciliação da vida familiar, profissional e pública.	Métodos expositivo e Interrogativo.	PC e Datashow Quadro
	11.00H	Pausa para café			
	11.15H - 12.30H	Identificar e desconstruir estereótipos da organização da vida familiar que se refletem no empreendedorismo feminino.	Estabelecer a relação entre os “papéis sociais de género” e a sub-representação das mulheres no poder e tomada de decisão. Os usos do tempo pelas mulheres e pelos homens. O investimento das mulheres e dos homens na educação e na formação e consequente resposta do mercado de trabalho e retorno na carreira profissional.	Métodos expositivo e Interrogativo. Exercícios práticos (ver anexo 6).	PC e Datashow Quadro Video Fotocópias
	12.30H	Pausa para almoço			
Tarde	14.00H – 17.15H	Apresentação de um guião para a capacitação individual e o empreendedorismo feminino.	Apresentação de trabalhos individuais pelos participantes (guião para a promoção da igualdade de género e de empreendedorismo feminino).	Método ativo	Recursos a sugerir pelos participantes

Atividade 2 - Seminários, Fóruns, Tertúlias e Colóquios – Sinergias para Empreender no Feminino

População Alvo	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Atividade	Parcerias
Autarcas, dirigentes associativos e políticos.	<p>Informar e refletir sobre a representação das mulheres e homens no poder e tomada de decisão.</p> <p>Identificar a importância da transversalidade da dimensão da igualdade de género nas autarquias, associações, coletividades e partidos políticos locais.</p> <p>Proporcionar conhecimentos sobre a estratégia da integração do <i>mainstreaming de género</i> nas políticas municipais, no associativismo.</p>	<p>Introdução da estratégia do <i>mainstreaming de género</i> nas políticas municipais, no associativismo e nos partidos políticos (paridade). Contemplar esta área nos planos de atividade e orçamento das organizações.</p> <p>Valorizar a participação das mulheres autarcas, dirigentes associativas e políticas locais.</p>	<p>Realização de seminários, tertúlias e colóquios – debate sobre Empreender no Feminino – Visão das Autarquias, do Associativismo e dos Partidos Políticos. Perspetivas de Políticas Conciliadoras para a Vida Familiar, Profissional e a Participação na Vida Pública.</p> <p>Apresentação de boas práticas de empreendedorismo feminino no poder local.</p>	<p>Autarquias Locais Comissão para a Igualdade e Cidadania de Género Instituto Politécnico de Beja Movimento associativo Delegações dos partidos políticos.</p>

Calendarização

Realização de Seminários, Tertúlias e Colóquios (designação a definir com as parcerias de acordo a ajustar os objetivos específicos da ação) nos anos 2012 e 2013.

O número de ações/sessões a realizar será definido em colaboração com os parceiros do projeto, os recursos disponíveis e o diagnóstico de necessidades.

Ação 3 – Ações de Formação - Capacitar para o Empreendedorismo na Vida Pública

População Alvo	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Atividade	Parcerias
Mulheres e Homens em população ativa e em idade empreendedora (dos 25 aos 35 anos)	Sensibilizar para a participação empreendedora na vida pública/política local. Capacitar para o empreendedorismo. Incentivar para uma atitude positiva face à participação equilibrada de mulheres e homens na vida local.	Desenvolver competências de empreendedorismo e da capacitação individual.	Desenvolver ações de formação para a aquisição de competências. Apresentação de práticas inovadoras e criativas de âmbito local, regional, nacional e transnacional sobre capacitação para a mudança de atitude.	Autarquias Locais Comissão para a Igualdade e Cidadania de Género Instituto Politécnico de Beja Organizações/projetos de desenvolvimento de âmbito comunitário e transfronteiriço.

Calendarização

O número de sessões a realizar será definido em colaboração com os parceiros do projeto, os recursos disponíveis e o diagnóstico de necessidades.

As sessões terão lugar nos anos 2013 e 2014

6. CONCLUSÕES

O estudo desenvolvido permite concluir que o poder político é marcado por uma sub-representação feminina, em especial no poder local. Nas autarquias as mulheres representam somente 7,5% das presidentes de Câmara do país.

Por razões socioculturais e históricas o meio político e partidário é ainda hoje dominado pela presença masculina. São os homens que mais interesse têm pela política e que mais investem no meio. A lei da paridade criada em 2006 depois de muitas controvérsias não consegue esbater esta situação que depende também da vontade, da capacitação feminina para a participação empreendedora na vida política e no poder local.

No entanto as empreendedoras têm características de positividade que as distingue (Brito, 2008) no seu processo de empreendedorismo, Este é marcado por uma liderança forte, pelas suas características pessoais, pelos seus percursos e trajetórias de vida e pela satisfação pessoal e gosto no que fazem.

Os dados recolhidos junto de 29 eleitas do poder local da região Alentejo confirmam as autarcas alentejanas como boas práticas de empreendedorismo feminino.

Para as presidentes de Câmara a conciliação da vida privada (familiar e conjugal) com a vida pública (trabalho e poder local) é alcançada com o apoio da família e são de opinião que a educação dada aos filhos em casa e aos alunos nas escolas é essencial para consciencializa-los para a necessidade de partilha de tarefas e dos encargos com a família. O fato de os maridos aprovarem o seu projeto de vida é um fator indispensável para um ambiente saudável sem conflitos conjugais. Situação que não é partilhada por muitas mulheres que vêm nesta situação um obstáculo à sua capacitação para uma participação empreendedora.

Estas autarcas têm um percurso de participação ativo, muito antes de exercerem o cargo de presidente de Câmara já participavam em organizações comunitárias e na vida académica. São mulheres que pela aquisição e desenvolvimento de competências empreendedoras conseguem contornar estereótipos e preconceitos culturais e embora exerçam um cargo de grande exigência, sentem-se satisfeitas com a sua prestação que tentam aperfeiçoar todos os dias.

Consideram a educação familiar e escolar para reduzir as disparidades existentes em relação ao género e afirmam a necessidade de investir na informação e sensibilização dos jovens para a desconstrução de estereótipos culturais de género. Mudar mentalidades e atitudes passa segundo estas autarcas pela promoção do conhecimento e de competências empreendedoras enquanto fatores indispensáveis à capacitação individual.

Também para as inquiridas, eleitas nos órgãos do poder local de Moura, o seu processo de participação no poder local é marcado pela divisão das tarefas familiares e apoio da família na conciliação da vida familiar, da profissão e da participação ativa no poder local, sendo que a maioria participa em órgãos políticos pela primeira vez (88%). No entanto, destas 69% pertencem a órgãos sociais de organizações ligadas ao associativismo e a entidades de solidariedade social locais. Metade das inquiridas considera a sua participação no poder local influenciada positivamente pelo seu espírito de empreendedorismo e negativamente pelas dificuldades de conciliação e estereótipos culturais associados aos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres.

O empreendedorismo no poder local segundo as inquiridas caracteriza-se por uma atitude proactiva, pelo domínio das competências de empreendedorismo e pela satisfação pessoal em contribuir para o desenvolvimento do concelho.

Capacitar outras mulheres, educar os jovens para uma postura empreendedora é apontado como práticas à promoção do empreendedorismo feminino no poder local, práticas nem sempre exequíveis dado à existência de ameaças que contribuem para as desigualdades de mulheres e homens e que se traduzem no desemprego jovem feminino e consequentes assimetrias de poder no seio familiar, no envelhecimento demográfico da região e nos escassos recursos para a dinamização de iniciativas.

Assim a intervenção proposta vai ao encontro da perspectiva de desenvolvimento comunitário e empreendedorismo na medida que propõe uma linha de orientação para informar, formar e sensibilizar jovens, mulheres e homens em idade ativa e dirigentes políticos, associativos e eleitos/as.

Esta linha orientadora tem como objetivos gerais contribuir para consciencializar para a mudança de mentalidades e capacitar para a promoção da representatividade feminina nos órgãos do poder local.

7. BIBLIOGRAFIA

Animar-Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local. (2011). *Projeto Igualdade É Desenvolvimento*. Vialonga: Animar.

Amâncio, L. (1993). *Género - Representações e Identidades*. Sociologia, Problemas e Práticas, nº 14, pp. 127-140.

Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino – A Construção da Diferença*. Porto: Edições Afrontamento.

Amaro, F. e Moura, R. (2008). *Igualdade de Género no Trabalho: Situações Problema e Perspetivas de Futuro*. Lisboa: Associação de Estudos de Desenvolvimento Económico e Social.

Barbosa, M. (1998). Representações do género na Campanha Eleitoral Legislativa de 1995. *Jornal 'Público*, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Presidência do Conselho de Ministros.

Barbosa, M. (2001). "Papel Social das Mulheres?" *Comunicação apresentada ao Ciclo de Reflexão Autárquica O Papel da Mulher na Sociedade e no Poder Local*. Beja: Associação de Municípios de Beja.

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bourdieu, P. (1999). *A Dominação Masculina*. Oeiras: Celta Editora.

Bourgon, J. (2007). Responsive, Responsible and Respected Government: Towards a New Public Administration Theory. *International Review of Administrative Sciences*, Vol. 73, pp. 7 - 26.

Botton, A. (2005). *Status Ansiedade*. Lisboa: Dom Quixote.

Braidotti, R. (2000). *Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Perspetivas Ecológicas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Brito, L. (2008). *Pequeno Guia de Inquérito por Questionário*. Moçambique. Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

Baum, M. (1998). Autogestão e cultura política: o impacto da reforma agrária no Alentejo vinte anos depois. *Revista Análise Social*, vol. XXXIII (148), pp. 709-740.

Cardoso, F. (2010). O Empreendedorismo em Cabo Verde: Ambiente, Oportunidades e Processos. Cabo Verde: Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação.

Comissão para a Igualdade e Cidadania de Género. (2001). *Afinal, O que é a Democracia Paritária?* Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Comissão para a Igualdade e Cidadania de Género. (2008). *Na Política, as Mulheres São Capazes!* Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Comissão para a Igualdade e Cidadania de Género. (2009). *Igualdade de Género na Vida Local. O Papel dos Municípios na sua Promoção*. Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.

Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego. (2012). *Estudo Sobre a Aplicação da Lei da Paridade*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego. (2003). *Manual de Formação de Formadores (as) em Igualdade entre Mulheres e Homens*. Co – Financiado pelo Fundo Social Europeu - Nº1, Lisboa: CITE.

Cova A. e Pinto, A. (1997), O Salazarismo e as Mulheres – Uma Abordagem Comparativa. *Revista Penélope* nº 17, pp. 71-94.

Cramer, L. et al. (2001). *Representações Femininas da Ação Empreendedora: Uma Análise da Trajetória das Mulheres no Mundo dos Negócios*. Anais do II Egepe Londrina Paraná, pp. 46-59.

Digerati Books. Empreendedorismo. S. Paulo: Universo da Livros Editora Ltda.

Direção Geral da Inovação e Desenvolvimento Curricular. (2007) *Promoção do Empreendedorismo na Escola – Guião para Escolas do Ensino Básico e Secundário*. Lisboa: Ministério da Educação.

Documento Verde da Reforma da Administração Local (2011). Governo de Portugal. Lisboa: Gabinete do Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares.

Espada, I. (2002), *Género e Comportamento Eleitoral – O Eleitorado Português e a Atividade Política das Mulheres*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Faria, M. (2009). *Educação para o Empreendedorismo e Desenvolvimento Comunitário*. Atas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia. Braga, Universidade do Minho, pp: 4202-4215.

Faria, M. (2010). Questionário de Competências Empreendedoras (QCE): Aplicação a Estudantes do Ensino Superior. Comunicação no *I Seminário Internacional - Contributos da Psicologia em Contextos Educativos*. Braga: Universidade do Minho, pp: 287-301.

Faria, M. (2012). Promoção do Empreendedorismo Parental. *Revista de Psicologia*, Nº1-Vol.4, pp:103-109.

Ferrão, J. (2011). *Administração Pública e Estratégias do Território em Época de Crise*. Comunicação. Beja: Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral.

Ferreira, V. (1999). Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº. 52/53, pp. 199-227.

Ferreira, J. (2001). *Abordagem Política das Organizações* in Ferreira, *Manual de Psicossociologia das Organizações*. Lisboa: McGrawHill, pp. 103-127

Ferreira e Sílvia. (2005). *Empreendedorismo, Capacitação e Mudança Social*. Boletim Vozes do Centro, Porto: Rede Europeia Anti Pobreza do Norte.

Ferreira, V. (2010). *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias*. Lisboa: Comissão Para a Igualdade no Trabalho e Emprego.

Fragoso, A. (2005). *Contributos para o Debate Teórico sobre o Desenvolvimento Local: Um ensaio baseado em experiências investigativas*. *Revista Lusófona de Educação*, nº 5, pp. 63-83.

Friedmann, J. (1996). *Género e Sustentabilidade. Empowerment. Uma política de Desenvolvimento Alternativo*. Oeiras: Celta Editora.

Ghiglione, R. e Matalon, B. (2001). *O Inquérito. Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.

Gonçalves, V. e Bergano, S. (2009). *Empreendedorismo Feminino: Uma Proposta de E-Learning*. Comunicação apresentada no X Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação de Bragança, em Bragança.

Godinho, T. e Silveira, M. (2004) *Políticas públicas e igualdade de género*. Caderno nº 8 da Coordenadoria Especial da Mulher. S. Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo,

Gomes, A. et al. (2009). *Trajetórias e Estratégias de Mulheres: Um Estudo Conquistense*. São Paulo: Revista de Gestão USP, V. 16, Nº. 1, pp - 69-87.

GPS - Roteiro de Acompanhamento e Avaliação de Projetos de Intervenção Comunitária (2007). Lisboa: Equipa K'CIDADE – Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano.

Guerreiro, M. e Lourenço, V. (2006), *Boas Práticas de Conciliação entre Vida Profissional e Vida Familiar – Manual Para As Empresas*. 4ª Edª., Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego.

Hisrich, R. e Peters, M. (2004). *Empreendedorismo*. 5. Ed., Porto Alegre: Bookman.

Instituto Nacional de Estatística. (2012). *Estatísticas no Feminino: Ser Mulher em Portugal 2001-2011*, Lisboa: INE.

Jonathan, E. e Taissa, M. (2007). *Empreendedorismo Feminino: Tecendo a Trama de Demandas Conflituantes*. *Psicologia & Sociedade* Nº 19, pp: 77-84.

Martins, M. e Teixeira, C. (2005). *O Funcionamento dos Partidos e a Participação das Mulheres na Vida Política e Partidária em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Martelo, M. (2004). *A Escola e a Construção da Identidade das Raparigas: O exemplo dos Manuais Escolares*. 2ª Edição. Coleção Mudar as Atitudes. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Neves, J. e Ferreira C. (2001). *Poder, Conflito e Negociação*” in J. M. Carvalho Ferreira, Manual de Psicossociologia das Organizações, Lisboa: McGrawHill, pp. 501-529.

Newman, M. (2007). *Capitalismo Emocional - Os Novos Líderes*. Lisboa: Smart Book.

Nogueira, M. (2006). *Os Discursos das Mulheres em Posições de Poder*. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, vol. 9, n. 2, pp. 57-72

Nunes, M. (2009). *O Feminino e o Masculino nos Trabalhos Pedagógicos - (In) Visibilidades e (Des) Equilíbrios*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Oliveira, J. e Amâncio, L. (2002). *Liberdades Condicionais: O Conceito de Papel Sexual Revisitado*. Sociologia, Problemas e Práticas nº 40, pp: 45-61.

Paiva, J. (s/d). *Igualdade de Género. Guia de Formador*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Perista, H. e Silva. A. (2005). *Impacto em Função do Género - Avaliação de Medidas de Política*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Perista, H. e Silva, A. (2009). *Igualdade de Género na Vida Local: O Papel dos Municípios na sua Promoção*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Rede Social de Moura (2011). *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Moura*. Câmara Municipal de Moura.

Portela, J. (Coord.) et al. (2008). *Microempreendedorismo em Portugal: Experiências e Perspetivas*. Lisboa: Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.

Pereirinha, J. (Coord.) (2010). *Género e Pobreza: Impactos e Determinantes da Pobreza no Feminino*. Revista Ex Aequo, n.º 21, pp. 182-185.

Queirós, M. (2011). *Políticas de Igualdade nas Autarquias Locais*. Lisboa: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território – Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa e Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Queirós, M. (2012). *Igualdade de Género e Território: Guia para a Promoção da Igualdade de Género nos Municípios*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª Edição, Lisboa: Gradiva.

Rato, H. et al. (2005). *Promoção da Igualdade de Género*. Cadernos INA, nº 20, Oeiras: Instituto Nacional de Administração.

Rato, H. (Coord.). (2007). *A Igualdade de Género na Administração Pública Central Portuguesa*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração.

Sarkar, S. (2007). *Empreendedorismo e Inovação*. Lisboa: Escolar Editora.

Santos, M. e Amâncio, L. (2012). *Género e Política. Análise sobre as Resistências nos Discursos e nas Práticas Sociais face à Lei da Paridade*. Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 68, pp. 79-101.

Santos, M., O. 2012. *Empreendedorismo em Territórios de Baixa Densidade Populacional com Problemas de Desenvolvimento*. Évora: Universidade de Évora.

Silva, M. (1999). *A Igualdade de Género - Caminhos e Atalhos para uma Sociedade Inclusiva*. Lisboa, Comissão para a Igualdade e Cidadania de Género. Presidência do Conselho de Ministros.

Silva, M. (2002). *A Igualdade de Género - Caminhos e Atalhos para uma Sociedade Inclusiva*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Presidência do Conselho de Ministros.

Silva, M. (1964). *Oportunidade do Desenvolvimento Comunitário em Portugal*. Revista Análise Social, II (7-8):498-510.

Torres, A. (2001), *Sociologia do Casamento: A Família e a Questão Feminina*. Oeiras: Celta Editora.

Torres, A. (2004). *Vida Conjugal e Trabalho: Uma Perspetiva Sociológica*. Oeiras: Celta Editora.

Viegas, J. e Faria. S. (1999). *Participação Política Feminina: Percursos, Constrangimentos e Incentivos*. Revista Sociologia - Problemas e Práticas nº 30, pp. 55-87.

Viegas, J. e Faria. S. (2001). *As Mulheres na Política*. 2ª Edição. Oeiras: Celta Editora.

Viera, C. (2007). *Educação Familiar. Estratégias Para a Promoção da Igualdade de Género*. Coleção Mudar as Atitudes. Lisboa: Comissão para a Igualdade e Cidadania de Género, Presidência do Conselho de Ministros.

8. SÍTIOS DA INTERNET

Associação Nacional de Municípios Portugueses

<http://www.anmp.pt/>

Associação Nacional das Pequenas e Médias Empresas

<http://www.anpme.pt/empreendedorismofeminino.php>

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

<http://www.animar-dl.pt/>

Comissão para a Igualdade e Cidadania de Género

<http://www.cig.gov.pt/>

Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego

<http://www.cite.gov.pt/>

Comissão Nacional de Eleições

<http://www.cne.pt/>

Direção Geral da Administração Interna

<http://www.dgai.mai.gov.pt/>

Comissão Europeia

<http://ec.europa.eu/>

Governo de Portugal

<http://www.portugal.gov.pt/pt/>

Jornal Público

<http://www.publico.pt/>

Parlamento Europeu

<http://www.parlamento.pt/>

Portal Administradores

<http://www.administradores.com.br/>

Portal da Igualdade

<http://www.igualdade.gov.pt/>

9. WEB GRAFIA

A Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local.

http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/charte_egalite_pt.pdf

A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias.

http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/630_Virg%20Ferreira%20-%20Disparidades%20entre%20sal%20E1rios%20femin%20e%20mascul%20em%20Portugal.pdf

Atitudes e Valores dos Europeus: A Perspetiva do Género - Elementos para uma Análise Transversal.

http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628d2e8138a5_1.pdf

Comunicado de Imprensa da Comissão Europeia - Progressos em Matéria de Igualdade entre homens e Mulheres conduzem ao Crescimento Económico.

<http://www.cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs/Comunicado.pdf>

Empreendedorismo, Capacitação e Mudança Social

http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/526_REAPN.pdf

Estatuto das Conselheiras e dos Conselheiros Locais para a Igualdade

http://apav.pt/apav_v2/images/pdf/consel_igualdade.pdf

Entrepreneurship from a gender perspective: An initial analysis of the case of Brazilian women in Portugal.

http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_3/Migr3_Sec2_Art4_PT.pdf

Estudo sobre a aplicação da Lei da Paridade

http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/estudo%20lei_da%20paridade_sinopse.pdf

Estudo Estatísticas no Feminino: Ser Mulher em Portugal 2001-2011

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_bo ui=135739962&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

Guia para o Combate à Discriminação nos Municípios

http://www.igualdade.gov.pt/IMAGES/STORIES/DOCUMENTOS/DOCUMENTACAO/PUBLICACOES/GUIA_COMBATE_DISCRIMINACAO_ISBN.PDF

Guião de Educação para o Empreendedorismo

<http://www.rcc.gov.pt/SiteCollectionDocuments/Guiao-Empreendedorismo DGIDC2006.pdf>

Incrementar o Empreendedorismo na Aprendizagem ao longo da Vida: Desafios e Oportunidades do Ensino Superior para a Estratégia EU 2020.

http://www.aeca.es/pub/on_line/comunicaciones_xivencuentroaeca/cd/121c.pdf

Lei da Parentalidade - Decreto-Lei n.º 91/2009 de 9 de Abril

<http://dre.pt/pdf1s/2009/04/07000/0219402206.pdf>

Lei da Paridade - Lei Orgânica n.º 3/2006 de 21 de Agosto

<http://dre.pt/pdf1sdip/2006/08/16000/58965897.PDF>

O Essencial Sobre o Género – Conceitos Básicos

<http://www.graal.org.pt/files/OessencialCN.pdf>

IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não Discriminação 2011 - 2013.

<http://www.poaifse.qren.pt/upload/docs/legislacao/Nacional/Plano%20Nacional%20Igualdade%20IV%20plano%20RCM%20n%C2%BA%205-2011.pdf>

Participação Política Feminina: Percursos, Constrangimentos e Incentivos

<http://www.repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/832/1/2.pdf>

Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011

http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/HDR_2011_PT_Complete.pdf

Reduzir as Disparidades Salariais entre Homens e Mulheres na União Europeia.

http://ec.europa.eu/justice/gender-equality/gender-pay-gap/files/gpg2011-leaflet_pt.pdf

10. ANEXOS